

Coletão PENSAMENTO CRITICO
Volume 6

Direção de:
Mocir Palmeira
Octávio Guilherme Velho

Ficha Catalográfica

(Preparada pelo Centro de Catalogação-na-fonte do
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ)

B4661
Betelheim, Charles.

A Luta de classes na União Soviética: primeiro período
(1917-1923); tradução de Bolívar Costa, revisão técnica
de Sérgio Silva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
480 p. (Pensamento crítico, v. 6)

Do original em francês: Les luttes de classes en URSS -
1917/1923

Bibliografia

1. Rússia - História - Revolução, 1917-1921
2. Socialismo 3. Socialismo na Rússia I. Título II. Série

CDD - 335

335.43

947.0841

CDU - 330.342.15(47)

947"1917/1923"

76-0598

CHARLES BETTELHEIM

A LUTA DE CLASSES NA UNIÃO SOVIÉTICA

PRIMEIRO PERÍODO (1917-1923)

tradução de
Bolívar Costa

revisão técnica de
Sérgio Silva



PAZ E TERRA

h) As teses da "oposição operária"	354
c) A luta de Lênin contra as concepções de Trotski e de Bukharin	355
IV. AS LUTAS IDEOLÓGICAS E POLÍTICAS NO FIM DO "COMUNISMO DE GUERRA" E NO INÍCIO DA NEP	
1. O X Congresso do partido bolchevista e o encerramento do debate com as duas oposições do ano de 1920	359
a) A rejeição das teses da "oposição operária"	360
b) A "resolução sobre a unidade do partido"	362
2. O caráter limitado das divergências entre a maioria do partido e a oposição operária	365
a) O problema do "modo de designação" dos quadros e dos funcionários	367
b) A autonomização dos aparelhos administrativos do Estado e as noções de eficiência e de ineficiência	370
3. O objetivo das lutas ideológicas e políticas no seio do partido bolchevista	373
4. As oposições não declaradas entre 1921 - 1923	378
a) A questão do monopólio do comércio exterior	379
b) O problema das nacionalidades	381
c) Linha de massa ou centralismo administrativo	389

QUINTA PARTE

BALANÇO DE CINCO ANOS DE REVOLUÇÃO E AS PERSPECTIVAS AS VESPERAS DO DESAPARECIMENTO DE LÊNIN

395	I. O BALANÇO FEITO POR LÊNIN LOGO APÓS O "COMUNISMO DE GUERRA"
397	1. A obra democrática da Revolução Russa
398	2. A obra proletária da Revolução Russa
401	a) A "construção das bases econômicas do regime socialista"
402	b) A ditadura do proletariado na Rússia
404	3. As etapas da Revolução Russa
406	II. A ANÁLISE DOS ERROS DO "COMUNISMO DE GUERRA"
408	1. Os erros do "comunismo de guerra" e seus efeitos
409	a) A análise dos erros por Lênin
409	b) Os efeitos dos erros do "comunismo de guerra"
412	2. As origens dos erros do "comunismo de guerra"
414	a) A explicação por Lênin dos erros cometidos
415	b) A origem das ilusões do "comunismo de guerra"
416	III. O "CAPITALISMO DE ESTADO"
419	1. O lugar ocupado na política do partido bolchevista pela concepção do capitalismo de Estado sob a ditadura do proletariado
420	

422	a) A variante posta em prática de outubro de 1917 a março de 1918
423	b) A segunda variante
423	c) O "retorno" ao capitalismo de Estado em 1921
425	As origens da concepção do capitalismo de Estado e seu lugar no leninismo

IV. AS TRANSFORMAÇÕES DA CONCEPÇÃO LENINISTA DA NEP

430	1. A concepção leninista da NEP na primavera de 1921
431	2. A concepção leninista da NEP a partir do outono de 1921
437	a) "Da cooperação"
440	b) O desenvolvimento de relações econômicas socialistas e a luta contra o aparelho estatal
442	c) Linha de massa, revolução cultural e transformação das relações econômicas
445	d) O papel revolucionário do campesinato
446	1. A predominância de uma interpretação "economicista" da NEP no partido bolchevista
448	2. Os obstáculos ideológicos à realização das tarefas do partido bolchevista

V. AS TAREFAS DO PARTIDO BOLCHEVISTA NO MOMENTO EM QUE LÊNIN DESAPARECE

453	1. A forma transitória da ditadura do proletariado e a necessidade de sua consolidação
454	2. Os obstáculos ideológicos à realização das tarefas do partido bolchevista
460	3. Os obstáculos políticos à realização das tarefas do partido bolchevista
468	

BIBLIOGRAFIA

473

Capítulo IV

As lutas ideológicas e políticas no fim do "comunismo de guerra" e no início da NEP

As lutas travadas dentro do partido bolchevista durante o inverno de 1920-1921 correspondem a uma virada decisiva na história do partido; e isto, a duplo título.

De um lado, certa maneira de colocar o problema das relações do partido com os sindicatos (que refletia a prática do "comunismo de guerra" e que os grupos liderados por Trotski e Bukharin desejavam erigir em "princípio") deixa de ser oficialmente reconhecida após o X Congresso. Isto não significa que as práticas que tais relações refletiam tenham desaparecido completamente; no entanto, elas estão em retrocesso e, sobretudo, não são mais defendidas em nome das supostas "exigências" da ditadura do proletariado. Durante a aplicação dos planos quinquenais, ressurgirão, porém, concepções próximas das de Trotski, especialmente no que se refere às funções essencialmente "produtivistas" e "disciplinares" atribuídas aos sindicatos.

De outro lado, o X Congresso é o último precedido de um debate amplamente aberto. Por ocasião dos congressos posteriores, as diversas oposições não mais poderão exprimir-se tão livremente, o que representa uma ruptura com a tradição do bolchevismo. Cada vez mais, as oposições verão seus meios de expressão reduzirem-se e acabarem por desaparecer.

358

Seção I

O X Congresso do partido bolchevista e o encerramento do debate com as duas oposições do ano de 1920

A diversidade das tendências em conflito no período que precede ao X Congresso testemunha a amplitude das lutas ideológicas dentro do partido bolchevista e a profundidade da crise que este atravessa. Quando começa a preparação do congresso (em dezembro de 1920), existem sete "plataformas" distintas; durante o congresso, duas correntes organizadas continuam a se opor às teses defendidas por Lênin¹.

De fato, após amplas discussões o grupo da "oposição operária" conseguiu elaborar um texto que conta com o apoio de outras tendências próximas; Trotski e Bukharin prepararam também um texto único que recebe o apoio de oito membros do Comitê Central (a moção por eles apresentada ao congresso denomina-se, por isso, "moção do grupo dos oito"). Quanto à maioria do Comitê Central, assume as mesmas posições de Lênin. A moção correspondente a essas posições chama-se "moção dos dez" e é apoiada sobretudo por Stálin, Tomski, Zinoviev e Kamenev.

O X Congresso põe um fim ao debate entre a maioria do Comitê Central e as duas grandes correntes de oposição, dando apenas 18 votos à moção da "oposição operária", 50 à do "grupo dos oito" e 336 à "moção dos dez". No congresso, a batalha mais acirrada trava-se

1. Cf., sobre o assunto P. Broué, *Le parti bolchévique*, op. cit., pág. 142.

2. A respeito do X Congresso e dos debates que o antecederam, ver o resumo oficial do congresso (texto russo publicado em Moscou em 1921) e Pierre Broué, *Le parti bolchévique*, op. cit., págs. 138 a 143 e 157 e seqs.

contra a "oposição operária", pois as posições do "grupo dos oito" já haviam sido amplamente criticadas nos meses anteriores.

A) A REJEIÇÃO DAS TESES DA "OPosição OPERÁRIA"

Durante o X Congresso, o ataque às concepções da "oposição operária" foi particularmente vivo. De fato, esta corrente se tinha beneficiado, até certo ponto, das críticas dirigidas às posições de Trotski, isto é, da crítica das tendências ao autoritarismo, às soluções administrativas e ao "produtivismo". Ela havia também sido favorecida pela confusão lançada por certas formulações de Bukharin, que tentava estabelecer uma "ponte" entre as posições de Trotski e as da "oposição operária", preconizando, ao mesmo tempo, a "estatização dos sindicatos" e a "sindicalização do Estado".

Originariamente, certas teses da "oposição operária" representam – como Lênin o reconhece – uma reação sábia contra as tendências autoritaristas que se haviam desenvolvido durante o "comunismo de guerra", e também refletem aspirações reais de amplas camadas operárias. Contudo, a "oposição operária" sistematiza essas aspirações de maneira unilateral, negligencia as contradições entre a classe operária e o campesinato e lança suas formulações além daquilo que corresponde às exigências da consolidação da ditadura do proletariado. Ela "esquece", assim, tal como Trotski e Bukharin, o *problema fundamental – o do poder* –, o qual exige que se dê a maior atenção àquilo que Lênin chama justamente de "oportunidade revolucionária". A despeito das aparências, as teses de Trotski e as da "oposição operária" se unem ao preconizar uma orientação que, na situação existente, conduz, se adotadas, "à derrubada do poder soviético", por que não leva em conta o conjunto das relações de classes tal como elas existem concretamente.

A essa razão principal da severidade da derrota sofrida no X Congresso pela "oposição operária" acrescentam-se outras: a preparação já "altamente administrativa" do congresso; o aumento da influência dos elementos burgueses e "burocratizados" no partido (como prova o número de votos recebidos pelas teses de Trotski e Bukharin); e o desejo, entre os delegados vacilantes, de contribuir para a unidade do partido, num momento difícil, pronunciando-se pela resolução apresentada pela maioria do Comitê Central.

A consideração da "oportunidade revolucionária" constitui um dos principais argumentos desenvolvidos por Zinoviev contra a parte do programa da "oposição operária" que preconiza a realização de

um congresso supremo dos produtores de toda a Rússia. Zinoviev assinala que tal congresso seria integrado "na maioria, neste grave momento", por indivíduos sem partido, entre os quais numerosos SR e mencheviques", quando a tarefa do momento é ganhar para o poder soviético as organizações de massa sem partido.

A plataforma dos "dez" admite que, em seu princípio, certas reivindicações incluídas na plataforma da "oposição operária" são justas – como a que se refere, por exemplo, a uma maior igualdade de salários –, mas considera que essas reivindicações correspondem a metas a longo prazo que não podem constituir objetivos a atingir imediatamente. A plataforma dos "dez" rejeita igualmente a estatização dos sindicatos solicitada por Trotski e reafirma, nos seguintes termos, a necessidade do papel dirigente do partido na atividade sindical:

"O partido comunista russo, através de suas organizações centrais e locais, continua a dirigir, de maneira incondicional, o aspecto ideológico do trabalho sindical em seu conjunto... A escolha do pessoal dirigente do movimento sindical deve ser feita sob o controle e a orientação do partido. No entanto, a organização do partido deve ser particularmente atenta em aplicar os métodos normais da democracia proletária nos sindicatos onde a escolha dos dirigentes deve ser o mais possível uma tarefa das próprias massas organizadas."

Se as teses da "oposição operária" foram amplamente discutidas antes do congresso, o mesmo não acontece quando este se realiza. De fato, é nesse momento que eclode a crise de Cronstadt, revelando que a tarefa principal do momento consiste em resolver, corretamente, o problema das relações com o campesinato. Por isso, Lênin aborda principalmente esse problema e limita-se a atacar, de modo essencialmente polêmico, a plataforma da "oposição operária" que ele assimila a posições anarquistas e sindicalistas; além disso, durante o congresso, Lênin parece ameaçar indiretamente a "oposição operária", ao declarar, por exemplo:

"Perdemos tempo discutindo e devo dizer que agora é muito melhor discutir com os fuzis⁶ do que com as teses preconizadas pela oposição. Não é preciso mais oposição, camaradas, este não é o momento!⁷ De uma maneira ou de outra, com um fuzil e não com a oposição. Isso decorre da situação objetiva, não culpemos ninguém."⁸

Pouco depois, Lênin esclareceria que, quando falava "de responder com o fuzil na mão", não tinha de modo algum intenção de "dis-

6. Cf. o resumo do X Congresso do Partido Comunista Russo, Moscou, 1921 (em russo), pág. 190, citado de E. H. Carr, *The Bolshevik Revolution*, op. cit., tomo 2, pág. 227 (trecho sublinhado por mim – C.B.)

7. Cf. o item 7 da resolução sobre o papel e as tarefas dos sindicatos, adotada pelo X Congresso do PC (b) R. in K. P. S. S. v. *Resolutsiiskh*, op. cit., tomo 1, pág. 540.

8. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 209.

culir" dessa maneira com a "oposição operária", mas com os inimigos declarados do partido; e mais: em seguida ao debate, Lênin presta várias vezes homenagem ao que ele considera sadio em certas posições da oposição⁹.

B) A "RESOLUÇÃO SOBRE A UNIDADE DO PARTIDO"

Do ponto de vista das lutas ideológicas no seio do partido bolchevista, o X Congresso assume grande importância, pois adota uma resolução instituindo *novas regras que proíbem as "fracções"*. Em princípio, trata-se de impedir a constituição, no interior do partido, de grupos organizados na base de uma "plataforma" e *com sua própria disciplina interna*, isto é, tendendo a formar uma espécie de *partido dentro do partido*. Essa proibição é adotada como medida temporária, justificada por circunstâncias excepcionalmente graves¹⁰. Qualquer membro, inclusive do Comitê Central, que viole tal resolução pode ser excluído por decisão deste comitê. Trata-se de uma sanção extremamente severa que dá poderes excepcionais à maioria do Comitê Central. A aplicação desse dispositivo permite, de fato, ao Comitê Central, eleito por um congresso do partido, modificar sua própria composição.

Comentando esse dispositivo da "resolução sobre a unidade", Lênin assim se manifesta:

"Que o Comitê Central tenha tal direito em relação a seus membros, já mais e em parte alguma nosso partido tolerou nada semelhante. É uma medida extrema, adotada excepcionalmente, quando se tem consciência de uma situação perigosa. Reuniu-se uma assembleia excepcional do Comitê Central, com os suplentes e a comissão de controle, com direito igual de voto. Jamais figurou em nossos estatutos semelhante instituição, já mais tínhamos recorrido a uma tal assembleia plenária de 47 membros."

As condições em que o partido bolchevista funcionará após a morte de Lênin permitirão que essa resolução seja utilizada como meio de reprimir a expressão de opiniões divergentes das do *bureau* político e do secretariado do partido, subvertendo, assim, totalmente as condições em que as lutas ideológicas podem desenvolver-se dentro do partido.

Esse resultado está em contradição com diversas disposições da "resolução sobre a unidade do partido", a qual, além de não condenar os *debates contraditórios*, prevê mesmo a publicação de um periódico intitulado *Boletim de discussão*. Em suas intervenções ao X Congresso

9. Cf., sobre esse ponto, a "Conclusion du rapport sur l'unité du parti et la déviation anarcho-sindicaliste", com data de 16 de março, *ibid.*, pág. 269 e segs.

10. O texto da resolução que proíbe as "fracções", chamada "resolução sobre a unidade do partido", encontra-se em K.P.S.S. v *Revolutionstaktik*, op. cit., tomo I, pág. 527 e segs.

11. Lênin, O.C., tomo 32, pág. 270.

Lênin também preconiza, em caso de "divergências fundamentais", que estas "sejam debatidas publicamente diante de todo o partido"; e pede igualmente - quando um congresso do partido não chegar a uma unificação suficiente - que representantes das principais tendências que nele se tenham defrontado sejam eleitos para o Comitê Central¹¹.

Na prática, apesar do que havia sido dito no X Congresso, a "resolução sobre a unidade" servirá de ponto de partida para restrições crescentes impostas às lutas ideológicas abertas no seio do partido (assim, o *Boletim de discussão* jamais foi publicado). Progressivamente, após o desaparecimento de Lênin, a maioria do Comitê Central ou do *bureau* político, ou mesmo o secretariado do partido, pretenderá ter o monopólio das concepções justas e do que pode ou não ser realmente discutido no partido.

De outra maneira ainda o X Congresso limitou a possibilidade de debates ideológicos abertos, pois reduziu consideravelmente a autoridade do Comitê Central que era precisamente o lugar de discussões amplas e aprofundadas. Daí em diante, o Comitê Central deixa, efetivamente, de ser o órgão supremo do partido, durante o intervalo dos congressos. A periodicidade de suas reuniões é espaçada; elas passam a se realizar a cada dois meses, e os poderes do Comitê Central são praticamente delegados ao *bureau* político que, a partir de 1921, contará com sete membros. Dentro do próprio *bureau*, a posição dominante pertence cada vez mais aos representantes do aparelho administrativo do partido, aos detentores da direção do secretariado, do *bureau* de nomeações etc. Assim, o Politburo, que não passava de simples órgão de trabalho do Comitê Central, transforma-se num órgão supremo do partido estreitamente ligado ao aparelho administrativo e ao secretariado do Comitê Central, cujos poderes são fortemente ampliados.

O X Congresso marca, assim, de vários modos, o encerramento dos debates do fim do "comunismo de guerra", pela condenação das teses das duas oposições e pelas limitações impostas, de fato, às discussões abertas no seio do partido bolchevista. Contudo, é num sentido mais profundo que o X Congresso constitui o fim de um período e o início de outro, pois põe em marcha a "nova política econômica" (a NEP)¹², caracterizada, sobretudo, pelo abandono das requisições de produtos agrícolas, a substituição dessas requisições por um imposto em espécie e a instauração de uma certa liberdade de transação comercial entre a agricultura e a indústria. Ora, progressivamente, a implantação da NEP modifica a atmosfera política, dando à burguesia e à pequena burguesia a possibilidade de desenvolver diversas atividades privadas, o que contribui, entre outras coisas, para agravar as desigualdades econômicas cujo peso é suportado principalmente pela classe operária e os camponeses pobres.

12. Cf., Lênin, O.C., tomo 32, pág. 274.

13. Veremos, na quinta parte deste livro, como a concepção da NEP evoluiu durante os últimos anos de atividade de Lênin.

Sob a influência da mudança de atmosfera política ligada à NEP, mas sobretudo em razão das modificações internas do partido bolchevista, ocorre o desaparecimento progressivo das formas abertas de luta ideológica dentro do partido. Cada vez mais frequentemente essas lutas passam a ser travadas somente na cúpula do partido, dentro do Politburo e, eventualmente, do Comitê Central, sem participação do conjunto dos militantes e dos quadros.

Antes de falar sobre as lutas ideológicas e políticas "não declaradas" que marcam o período inicial da NEP, anterior ao desaparecimento de Lênin, parece ainda necessário salientar alguns limites das divergências entre a maioria do partido bolchevista e a "oposição operária" e, depois, recordar o que está então em jogo em todas as lutas ideológicas e políticas no interior do partido.

Seção II

O caráter limitado das divergências entre a maioria do partido e a "oposição operária"

De todas as lutas ideológicas travadas no partido bolchevista entre 1918 e 1921, a mais significativa – tanto por sua importância quanto por seus limites – foi a suscitada pelas teses da "oposição operária". A importância das teses é considerável, pois essa corrente levantava uma série de problemas fundamentais. Ela ressaltava os graves perigos que fazia pesar sobre o futuro socialista da Rússia o aumento dos poderes de que se beneficiavam os especialistas e administradores burgueses; defendia a concessão de ampla iniciativa e grande confiança aos operários, bem como o estabelecimento de formas de organização capazes de permitir um desenvolvimento real de suas iniciativas; preconizava uma luta efetiva contra as tendências à autonomização dos aparelhos administrativos e a sua dominação sobre as massas; pronunciava-se pela liberdade de crítica dentro do partido, e para os trabalhadores, em seu conjunto, em primeiro lugar para os operários e suas organizações sindicais; pedia a participação regular de todos os membros do partido no trabalho manual produtivo e uma redução das desigualdades de salários, desigualdades que se haviam acentuado durante o período do "comunismo de guerra".

Essas teses da "oposição operária", que coincidem, em larga medida, com as desenvolvidas por Lênin nas *Teses de abril* e em *O Estado e a revolução* exprimem as aspirações de uma parte da classe operária soviética e algumas das exigências do avanço da revolução na via socialista.

Essas teses foram desenvolvidas num momento particularmente difícil, durante a crise social e política do inverno de 1920-1921, por ocasião do episódio de Cronstadt, isto é, quando forças objetivamente hostis à ditadura do proletariado e que podiam ser diretamente utilizadas pelo imperialismo intervinham abertamente na cena política, forçando reivindicações que pareciam coincidir - pelo menos parcialmente - com as teses da "oposição operária". A conjuntura levou, sem dúvida, Lênin a adotar em relação a esta corrente uma atitude particularmente dura e a evitar um exame crítico aprofundado dessas teses.

Basta ler as intervenções de Lênin para ver quanto o X Congresso foi dominado pelos acontecimentos de Cronstadt e a que ponto a "oposição operária" foi censurada por apresentar suas teses precisamente nesse momento. Assim, em seu discurso de 9 de março de 1921, Lênin, dirigindo-se à "oposição operária", declarou:

"Vocês vieram ao congresso do partido com o folheto da camarada Kollontai, com um folheto que traz a inscrição: 'Oposição operária'. Quando enviaram as últimas provas, estavam ao corrente dos acontecimentos de Cronstadt e da contra-revolução pequeno-burguesa que crescia. E é nesse momento que vêm com o título de 'oposição operária'! Não compreendem a responsabilidade que assumem, nem como violam a unidade!"

Instantes depois de fazer essa declaração, Lênin vai mais longe, nivelando praticamente a "oposição operária" aos anarquistas e aos sindicalistas que não reconhecem a necessidade de uma direção comunista para a preservação da ditadura do proletariado; isto certamente vai além do que diz a "oposição operária", mas corresponde às conclusões que podiam ser tiradas de suas teses se se levasse sua "lógica" às últimas consequências.

Todavia, independentemente da conjuntura, outros elementos, relativos ao conteúdo das teses, limitam consideravelmente sua importância efetiva.

Para começar, elas não são teoricamente articuladas. E mesmo quando exprimem preocupações fundamentais e tratam de questões cuja solução é decisiva para garantir o progresso da revolução rumo ao socialismo não são solidamente argumentadas. Não se fundamentam numa análise rigorosa das relações entre a base econômica e a superestrutura, entre forças produtivas e relações de produção; além disso - como, aliás, as teses da maioria -, ignoram praticamente o problema decisivo das condições de uma verdadeira aliança política com o campesinato; no caso das teses da "oposição operária", isto é particularmente grave, pois a maior importância do papel que essa corrente reclama para os sindicatos operários pode facilmente conduzir - satisfazendo prioritariamente às reivindicações operárias - a uma ruptura

profunda com o campesinato. A este respeito, a "oposição operária" situa-se numa posição "obrerista" incompatível com o papel dirigente do proletariado, sobretudo num país de maioria camponesa.

No todo, as teses da "oposição operária" exprimem aspirações parcialmente justas, mas não constituem uma ruptura com o que restava de "economicismo" nas posições do partido bolchevista em seu conjunto; é esta a sua grande debilidade no que concerne à defesa da ditadura do proletariado e ao papel dirigente que deve necessariamente desempenhar o partido do proletariado nessa defesa.

Concretamente, as teses da "oposição operária" comportam condições que reduzem também consideravelmente sua importância. Assim, enquanto, de um lado, pedem que os sindicatos de produtores desempenhem um papel de direção na economia (o que abre caminho a uma prática "sindicalista" que não dá a primazia à política de conjunto do proletariado, mas a interesses setoriais ou profissionais), de outro, os partidários dessa corrente denunciavam - e com razão - a "burocratização" ocorrida no sindicalismo soviético durante o "comunismo de guerra", o que leva Lênin a observar, referindo-se às teses da "oposição operária" apresentadas por Sapronov:

"Os 'sapronovistas' discutem na mesma tese (nº 3) a 'crise profunda' e a 'deturpação burocrática' dos sindicatos, ao mesmo tempo que propõem, como 'absolutamente indispensável', a extensão dos direitos dos sindicatos na produção'... em virtude, sem dúvida, de sua 'deturpação burocrática'? Pode-se levar tal grupo a sério?"

Contudo, a principal debilidade das teses da "oposição operária" consiste, como dissemos, no fato de que não abordam o problema das condições fundamentais da preservação e fortalecimento da ditadura do proletariado, sobretudo o do papel dirigente do partido proletário e das relações específicas desse partido com o conjunto das massas populares. É necessário esclarecer o que acaba de ser dito, examinando mais de perto algumas das questões concretas discutidas durante o X Congresso.

A) O PROBLEMA DO "MODO DE DESIGNAÇÃO" DOS QUADROS E DOS FUNCIONÁRIOS

Na discussão entre a "oposição operária" e a maioria do Comitê Central, um problema é implicitamente colocado: o das relações de confiança recíproca que devem existir entre o partido bolchevista e as massas populares em seu conjunto para que aquele possa cumprir corretamente sua função dirigente. Mas, ao invés de colocar esse problema de maneira explícita, a maioria do Comitê Central e a "oposição

operária" debatem o *modo de designação* dos responsáveis políticos, administrativos e econômicos. Para a maioria do Comitê Central, o partido só pode realmente assumir seu papel dirigente se um número significativo de responsáveis, inclusive sindicais, for nomeado pelo partido. Segundo a "oposição operária", somente a eleição dos responsáveis está de acordo com os princípios do socialismo e garante a confiança das massas populares nos elementos que elas elegeram.

Colocando a discussão nesse terreno, a "oposição operária" *recusa-se a analisar de início a situação concreta*: além disso, fecha-se na dualidade ideológica "eleição/designação de cima"; permanece, portanto, prisioneira da ideologia político-jurídica da burguesia, o que a impede de colocar, claramente o verdadeiro problema: o das relações concretas que, numa situação determinada, devem existir entre o partido e as massas populares.

Se se quer compreender o porquê das posições da "oposição operária", convém lembrar que elas se inscrevem na linha política das diversas oposições "de esquerda" que se manifestaram no seio do partido bolchevista a partir do início de 1918. Essas oposições se referem mais geralmente aos próprios textos em que Lênin defende o "princípio" da eleição de todos os funcionários, ao declarar, por exemplo:

"Eletividade completa, revocabilidade a qualquer momento de todos os funcionários sem exceção, redução de suas remunerações ao nível de um 'salário de operário' normal, essas medidas democráticas simples e 'videntes', que tornam perfeitamente solidários os interesses dos operários e da maioria dos camponeses, servem ao mesmo tempo de passarela que conduz do capitalismo ao socialismo."¹⁶

Ora, a partir do IX Congresso do partido bolchevista (29 de março a 5 de abril de 1920), Lênin rejeita as teses daqueles que lhe recordavam suas declarações anteriores, pois julga-as inaplicáveis nas condições existentes e mesmo *inconciliáveis com os ensinamentos de dois anos de poder*. E declara que após "dois anos de experiência" não se pode raciocinar sobre certos problemas como se fossem abordados pela primeira vez:

"Fizemos muitas bobagens durante e após os tempos do Smolny. Não há nada de desonroso nisso. Onde iríamos encontrar a compreensão necessária quando abordávamos, pela primeira vez, uma obra nova?"¹⁷

Nesse mesmo relatório apresentado ao IX Congresso em nome do Comitê Central, a 29 de março de 1920, Lênin se lança contra aqueles que fazem proposições em favor da direção coletiva e da eleição dos quadros e responsáveis (nos sindicatos ou em outros organismos), declarando:

"Todos essas clamores sobre as designações de cima, todas essas velhas prejudiciais que figuram em diversas resoluções e conversações, devem ser eliminados. De outro modo, não poderemos vencer. Se não assumirmos essa lição em dois anos, isso significa que estamos atrasados, e os retardatários serão vencidos."¹⁸

Na realidade, o que se oculta sob o falso problema "eleição/nomeação de cima" é um problema real - o da *consulta das massas*, não apenas do apelo a suas sugestões, mas também e, sobretudo, a suas críticas. Somente essa consulta e esse apelo à crítica podem permitir ao partido concentrar as iniciativas e as indicações das massas para daí tirar conclusões conformes aos interesses da diadura do proletariado. O problema real, de fato, não é o da "forma de designação", mas sim o da *relação concreta*, efetiva, entre o partido, os aparelhos do Estado e as massas populares. Ora, a natureza dessa relação não é fundamentalmente determinada pelo "modo de designação" daqueles que compõem esses aparelhos. Ela depende de um conjunto de práticas sociais e das relações ideológicas que se desenvolvem através dessas práticas.¹⁹

No início de 1921, Lênin procura cada vez mais colocar-se num terreno diferente daquele delimitado pela duplicidade ideológica "nomeação/eleição". Percebe claramente a necessidade de abrir novas possibilidades de expressão às aspirações das massas e sabe muito bem que se essa expressão ficar encerrada nas *formas da democracia burguesa* são grandes os riscos de que se desenvolva uma *ofensiva política burguesa* através da ação dos mencheviques, SR e anarquistas. É a fim de mudar de terreno e de sair da dualidade "nomeação/eleição" que Lênin tem em vista a *multiplicação das conferências de elementos sem partido*, as quais devem dar aos militantes bolchevistas a possibilidade de *ouvir as críticas das massas*, de *levá-las em conta* e de *respondê-las na prática*. No início de 1921, Lênin escreve, por exemplo (em resposta aos militantes bolchevistas receosos de que as conferências dos sem-partido sejam favoráveis aos mencheviques e aos SR):

"As conferências dos sem-partido não são a arma política absoluta dos mencheviques e dos socialistas-revolucionários + anarquistas."²⁰

Na verdade, em consequência da deterioração da situação política e econômica, sobretudo da fome do ano de 1921, o texto definitivo do folheto sobre o imposto em espécie será muito mais reservado do que o do plano inicial sobre o problema das conferências de sem-partido (precisamente em razão da influência persistente dos mencheviques e dos SR, sobretudo nas massas camponesas); eis o que Lênin diz nesse folheto:

18. *Ibid.*, pág. 472.

19. Lênin, O.C., tomo 32, pág. 345 (trata-se das notas preparatórias de Lênin do plano do folheto *L'Impôt en nature*).

16. Lênin, O.C., tomo 25, pág. 455.
17. Lênin, O.C., tomo 30, pág. 471.

"Os mencheviques e os socialistas-revolucionários aprenderam a se disfarçar daqui por diante em *sem-partido*. Tal fato está inteiramente comprovado. Hoje, só os imbecis não podem ver, compreender que não devemos nos deixar enganar. As conferências de *sem-partido* não são um feitiço. Elas são precisas se podem aproximar-nos da massa que ainda não pôde ser atingida, das camadas de milhões de trabalhadores que não fazem política; mas são prejudiciais se fornecem uma plataforma aos mencheviques e aos socialistas-revolucionários, diafargados em *sem-partido*."²⁰

Assim, na prática, em razão das dificuldades extremas que caracterizam o fim do "comunismo de guerra" e o recrudescimento das atividades dos partidos pequeno-burgueses permitido por essas dificuldades, o partido bolchevista não se orientou em 1921 para uma vasta campanha de discussão no seio das massas e de atenção sistemática às suas críticas.

B) A AUTONOMIZAÇÃO DOS APARELHOS ADMINISTRATIVOS DO ESTADO E AS NOÇÕES DE EFICIÊNCIA E DE INEFICIÊNCIA

Uma outra dualidade ideológica contribuiu para delimitar falsamente o terreno no qual se desenvolvem a discussão e a reflexão concernentes à autonomização dos aparelhos administrativos do Estado: a da "eficiência/ineficiência". A consideração dessas noções tende a reduzir um problema fundamentalmente *político* a um problema "técnico". O essencial dos argumentos favoráveis a uma certa autonomização dos aparelhos administrativos do Estado decorre, na verdade, mais ou menos da noção de "eficiência técnica". Ora, a maior parte daqueles que, no partido bolchevista, se opõem a essa autonomização apresentam, também eles, argumentos decorrentes da noção de eficiência.

Aparentemente, a "oposição operária" *tende* a romper o círculo no qual a discussão e a reflexão sobre esses problemas foram encerradas até aí, sobretudo quando ela afirma que o problema *político* das relações dos órgãos do poder com as massas operárias não pode ser resolvido nem pela absorção dos sindicatos pelo aparelho estatal (concepção de Trotski e de Bukharin), nem pretendendo esperar que as massas sejam suficientemente "educadas" para reavivar as instituições soviéticas?²¹

A "oposição operária" denuncia com razão as ilusões que remetem o retorno a uma democracia soviética a um futuro longínquo (ao dia em que as massas estiverem mais "educadas" - mas por quem?).

20. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 385.

21. Cf., sobre isso, a tradução do folheto de Kolontai, *in Socialisme ou Barbarie*, janeiro-março de 1964.

porém não é capaz de indicar a *via de uma auto-educação* das massas populares, de sua formação através dos próprios erros, em condições que não conduzam à rápida restauração da ditadura da burguesia e da dominação imperialista. Na realidade, a "oposição operária" permanece no terreno do "economicismo", cuja forma "espontaneísta" sugere que a posição na produção "produz" espontaneamente uma consciência de classe proletária; isto "escamoteia" definitivamente todo o problema da educação e auto-educação. Contrariamente a certas aparências, ainda aqui a "oposição operária" - não abandonando um certo "economicismo" - situa-se no mesmo terreno da maioria do Comitê Central, embora chegue de imediato a conclusões práticas diferentes.

No fim do período de "comunismo de guerra", o partido bolchevista espera que a reinserção das massas no funcionamento da democracia soviética se faça espontaneamente, graças à retomada da produção e ao desenvolvimento das trocas comerciais. Semelhante esperança é a expressão de um certo "economicismo" ao qual Lênin não escapa completamente quando, ao invés de explicar a autonomização dos aparelhos administrativos do Estado e o desenvolvimento da burocracia principalmente pelo conjunto das relações sociais e pela luta burguesa de classe, nela vê um produto da *situação econômica*, isto é, uma seqüela da desorganização das trocas, da miséria? etc. Tal análise pode sugerir que o "enfraquecimento da burocracia" será a consequência de uma retomada da produção, de sua centralização, da luta contra o analfabetismo etc. Naturalmente, não era esse o ponto de vista de Lênin, que relacionava explicitamente a existência da burocracia à pequena produção mercantil, à existência dos elementos burgueses e pequeno-burgueses, e que chamava de "charlatães" os que pretendiam combater a burocracia sem atingir suas *bases sociais*?; não obstante, certos textos de Lênin foram interpretados mais tarde num sentido estritamente "economicista", sobretudo pelo trotskismo, que pretende "explicar" a existência da "burocracia" pelo "baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas".

Voltando à "oposição operária", pode-se dizer que seu fracasso decorre principalmente da extrema limitação daquilo que propunha, de sua incapacidade (sem dúvida determinada por seu "obterismo espontaneísta" e pela ausência de uma experiência suficiente) de abrir uma via realmente nova e de travar assim uma luta política inserida no jogo do conjunto das contradições e que possa garantir o fortalecimento da ditadura do proletariado. Essa limitação e essa incapacidade, encontradas em outros dirigentes bolchevistas, contribuíram para

22. Cf., por exemplo, Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 374.

23. Cf. a intervenção de Lênin no II Congresso dos Mineiros da Rússia (*in* tomo 32 das *O.C.*, pág. 51) e o Relatório da atividade do Comitê Central no X Congresso (*ibid.*, pág. 198).

fechar o caminho às tentativas feitas mais tarde (sobretudo por Lênin) para enriquecer a prática do partido bolchevista no sentido de uma *linha de massa com vistas a trazer o campesinato para a via do socialismo*. As oposições "de esquerda" posteriores mostram-se, a esse respeito, ainda mais atrasadas em relação à "oposição operária". Por essa razão, estava aberta a porta para uma ofensiva do oportunismo de direita que não se apresenta, aliás, sob uma forma abertamente declarada. Antes de abordar esse ponto, é preciso recordar ainda o objetivo último das lutas ideológicas e políticas travadas dentro do partido bolchevista.

Seção III

O objetivo das lutas ideológicas e políticas no seio do partido bolchevista

A experiência histórica dos partidos proletários, sobretudo do partido bolchevista e do Partido Comunista Chinês, mostra que o que está em jogo nas divergências surgidas dentro de tais partidos (mesmo quando as diferenças pareçam girar em torno de "pormenores") é a elaboração de uma linha política justa que permita à classe operária conquistar e depois consolidar sua hegemonia ideológica e política: *a longo prazo*, o que está em jogo é o caráter proletário do partido, caráter que só pode ser mantido se a *unidade ideológica do partido for fundada em princípios do marxismo revolucionário e se o partido funciona dentro do respeito a esses princípios*, constituindo, assim, uma vanguarda revolucionária apoiada pelas massas trabalhadoras. A unidade ideológica de um partido revolucionário proletário não pode sobreviver por muito tempo a erros de linha política: um partido que segue durante *longo período uma linha não proletária*, é finalmente, condenado a *renegar os princípios que defende* e a perder o apoio dos elementos avançados do proletariado e das massas populares.

No entanto, uma ampla discussão com o objetivo de fazer o *balanço dos resultados a que conduziu, na prática, a execução efetiva* da linha política, é indispensável para determinar – sobretudo quando não existe nenhuma experiência prévia – os aspectos mais ou menos justos da linha seguida e as *retificações* que esta linha exige, levando-se em conta a experiência adquirida e as mudanças na situação objetiva. A discussão é necessária, pois não existe "receita" que permita declarar *a priori* se tal medida ou tal palavra de ordem serve ou não os interesses

fundamentais do proletariado – salvo quando se trata de violações patentes dos princípios do marxismo revolucionário. Somente um exame aprofundado da realidade, da prática e das teses existentes permite resolver corretamente os problemas suscitados pela elaboração concreta de uma linha justa e por sua aplicação prática. Somente o respeito pelo centralismo democrático, com a condição de que a democracia seja seu aspecto dominante, permite àqueles que defendem concepções justas e estão em minoria se fazerem compreender, ousarem remar contra a corrente.

Uma linha política concreta só tem caráter proletário se não viola os princípios do marxismo revolucionário, mas é preciso, por outro lado, que *corresponda efetivamente às exigências da situação concreta*. Ela deve, portanto, permitir tratar corretamente – do ponto de vista do proletariado – a *contradição principal* que caracteriza a situação *particular* em que nos encontramos, e as *contradições secundárias* subordinadas à *contradição principal*.

Numa situação que evolui rapidamente, uma linha política particular ou uma palavra de ordem que era justa em dado momento pode tornar-se falsa pouco tempo depois. Por exemplo, a palavra de ordem “Todo poder aos soviets” era justa entre 27 de fevereiro e 4 de julho de 1917, num momento em que a contra-revolução armada não ameaçava; mas deixa de sê-lo depois de 4 de julho quando, como escreve Lênin: “A burguesia contra-revolucionária, marchando com os monarquistas e os Cem Negros, uniu-se, em parte pela intimidação, aos pequenos-burgueses SR e mencheviques, e confiou o poder estatal efetivo aos Cavaignac, à clique militar...”²⁴

O que é verdadeiro para esta ou aquela palavra de ordem, esta ou aquela medida, o é também para a linha política concreta de um partido. Essa linha só pode ser revolucionária e proletária *se corresponde às exigências da situação concreta*. Por isso, quando a situação muda – quando se passa, por exemplo, de um período de guerra civil a um período de edificação pacífica –, modificações adequadas devem ser introduzidas na linha do partido, nas medidas que ele adota, nas palavras de ordem que lança.

Para satisfazer às exigências que sobre ele pesam, um partido proletário deve saber *reconhecer e retificar a tempo os erros* cometidos. Um partido revolucionário pode cometer erros, mesmo graves, sem perder seu caráter proletário; mas perde esse caráter se se torna, por muito tempo, incapaz de *reconhecer* que se enganou e de retificar sua linha política.

O processo de reconhecimento dos erros e o de sua retificação só pode desenvolver-se plenamente nas condições de uma luta ideológica suficientemente aberta: na falta de tal luta, torna-se cada vez mais difi-

cil elaborar e pôr em ação uma linha proletária e, a longo prazo, manter o caráter proletário do partido (e, em consequência, se o partido está no poder, o caráter proletário do poder estatal).

Quando, num partido proletário, opõem-se várias linhas políticas que, *aparentemente*, correspondem às exigências revolucionárias, somente recorrendo à *análise teórica* e à *análise concreta* (portanto, também, ao exame crítico da *prática presente e passada*), pode-se determinar qual dessas linhas serve efetivamente melhor aos interesses do proletariado. A discussão aberta, a crítica e a autocrítica são, assim, de extrema importância: elas permitem proceder a análises tão avançadas quanto possível, compreender todas as graduações, realizar um balanço pormenorizado e *tirar lições dos erros passados* e, portanto, retificar o que estava errado.

Enquanto existem classes sociais, a *luta de classes* que se desenrola na *sociedade* se reflete no *partido* sob a *forma de uma luta ideológica e política*. Por isso, a linha proletária (que é, concretamente, a mais apta a servir aos interesses do proletariado) opõe-se inevitavelmente uma linha burguesa, que, nas condições dadas, é a que melhor serve aos interesses da burguesia. Em relação às linhas burguesa e proletária, as outras linhas representam orientações oportunistas de direita ou de “esquerda”. Nas circunstâncias em que corresponde melhor aos interesses da burguesia, uma linha oportunista pode tornar-se burguesa. Num dado momento, a existência de determinada linha burguesa oculta o conteúdo burguês desta ou daquela tendência oportunista que se “funde” assim, *aparentemente*, com a linha proletária, mas que se oporá a esta, de maneira visível, numa etapa posterior. Uma luta ideológica correta exige que a cada momento o *alvo principal* seja a linha burguesa, sem que se perca de vista a tendência oportunista. Assim, em novembro-dezembro de 1920, o alvo principal de Lênin foi a oposição de Trotski e de Bukharin, e, depois, estando esta praticamente derrotada, o alvo principal passou a ser a “oposição operária”.

Não existe “receita” que permita “reconhecer ao primeiro olhar” a linha burguesa do momento. Trata-se, muitas vezes, de uma linha que está, *na aparência*, particularmente “próxima” da linha revolucionária, pois é a que pode *melhor iludir* um grande número de militantes: ela *parece* simplesmente levar à sua “conclusão lógica” as orientações revolucionárias. Somente quando se revela seu verdadeiro caráter de classe é que perde a aparência de estar “próxima” da linha revolucionária, mas seu lugar é então inevitavelmente ocupado por outra tendência que, por sua vez, parece “fundir-se” (ou “confundir-se”) com a linha revolucionária.

Os que defendem uma linha burguesa são *objetivamente representantes* da burguesia no partido proletário, mas isso não quer dizer que sejam “agentes conscientes”. Deve-se, portanto, partir do princípio de que *eles podem* (e, com maior razão, os que são apenas influenciados por uma linha não proletária) *ser trazidos para a linha proletária*, don-

24. Cf. V. Lênin, *A propos des mois d'ordre*, in *O.C.*, tomo 25, pág. 200.

de a importância de "deixar uma saída" para aqueles que se opõem à linha proletária, desde que não provoquem uma cisão e nem pratiquem um jogo duplo.

É claro - e a experiência o confirma - que não existe "garantia" alguma de que um partido proletário sempre adote a linha justa do ponto de vista dos interesses do proletariado, a linha revolucionária.

A definição da linha revolucionária proletária não pode, portanto, depender de um simples "voto majoritário", tanto de uma assembleia popular ou operária quanto de um congresso do partido ou de uma reunião de seu Comitê Central. A experiência mostra que, geralmente, em face de uma situação profundamente nova, somente uma minoria encontra a via justa, mesmo num partido proletário experimentado. Nessas condições, considerar que um voto majoritário possa resolver as dificuldades e determinar a linha justa seria completamente ilusório. De modo geral, o que é justo não aparece imediatamente como tal, mas somente às custas de uma luta, de uma livre discussão, através da experiência e da prova do tempo.

Para que o novo e verdadeiro possa abrir caminho sem muitas dificuldades não se deve pretender decidir entre o falso e o verdadeiro pelo método simplista do voto, quando o que está em causa exige análise e discussão (isto não impede que, ao nível das decisões práticas imediatas, seja preciso recorrer, às vezes, ao voto antes que um problema tenha sido examinado sob todos os seus aspectos).

Assim, não foi por acaso que Lênin viu-se mais de uma vez derrotado pelo voto em momentos cruciais e teve de "remar contra a corrente". Por isso Mao Tsé-tung afirmou: "Remar contra a corrente é um princípio do marxismo-leninismo."²⁶ É, portanto, essencial que as idéias revolucionárias novas possam ser defendidas e que seus portadores tenham o direito e a coragem de sustentá-las.

O problema do verdadeiro e do falso, no que se refere às condições de consolidação da ditadura do proletariado, é tanto mais difícil de resolver quanto a prática do poder pelo proletariado está historicamente na infância, em comparação aos milênios de experiência das classes exploradoras. Por isso, aquilo que podia parecer evidente há 50 anos, e que o era de acordo com a experiência da época e o desenvolvimento correspondente da teoria, hoje pode parecer apenas parcialmente verdadeiro. É próprio de toda verdade científica ser capaz de se desenvolver, de enriquecer-se, de se tornar assim uma verdade nova, abandonando aquilo que, na "verdade antiga", era na realidade falso.

Se a existência, no seio do partido proletário, de uma maioria favorável a uma linha política particular ou a determinadas medidas não é "garante" o caráter proletário dessa linha ou dessas medidas, não é menos necessário - quando chega o momento de agir e os mais altos escalões do partido pronunciam-se a seu favor - que a minoria se incli-

ne para a ação, reservando sua opinião para melhor ajudar em seguida a corrigir os erros. Só quando existem divergências profundas e quando é impossível corrigir a orientação do partido, a cisão torna-se preferível à unidade²⁷ e, nesse caso, aqueles que violam os princípios são os responsáveis pela cisão.

Naturalmente, a possibilidade de corrigir os erros de orientação torna-se mais limitada quando estes não se apresentam abertamente, mas sob a forma de uma prática, ou seja, de uma oposição não declarada²⁸.

25. Cf. *Pékin Information*, de 10 de setembro de 1973, pág. 21.

26. Esse fato é claramente abordado por Lênin em sua obra *A nouvelle sur les syndicats*. O. C., tomo 32, sobretudo pág. 78.

27. Uma oposição que se desenvolve dessa maneira não decorre do princípio de "remar contra a corrente", como se observou anteriormente (cf. *supra*, pág. 24).

Seção IV

As oposições não declaradas entre 1921 e 1923

A partir de 1921, desenvolve-se uma corrente de oposição não declarada – caracterizada por uma tendência ao oportunismo de direita – que é capaz de fazer sentir sua existência e de intervir praticamente nas decisões políticas. Essa oposição se entranza nos aparelhos administrativos do partido e do Estado, nas práticas e nas relações políticas burguesas que aí se reproduzem. As forças burguesas presentes nos aparelhos administrativos utilizam as posições que ocupam para tentar fazer prevalecer orientações favoráveis a seus interesses, influenciando os dirigentes do partido, que, por sua concepção do que deve ser a linha política do partido bolchevista, estão prontos a sofrer tal influência.

Durante a enfermidade de Lênin²⁸, afirma-se, assim, várias vezes, uma linha política que pode ser considerada como a de uma “oposição não declarada”, no sentido de que, embora em geral não se choque frontalmente com Lênin, defende medidas contrárias às por ele preconizadas. O termo “oposição” tem, entretanto, aqui, um significado particular, pois acontece mais de uma vez que as medidas propostas por essa corrente – praticamente liderada por Stálin – obtêm o apoio da maioria do Politburo ou do Comitê Central; mas tal apoio é, geral-

mente, momentâneo, pois quando Lênin intervém junto a esses órgãos, frequentemente eles revogam as medidas aprovadas. Considerando-se as orientações direitistas para as quais tende a maioria do Comitê Central e do Politburo durante a doença de Lênin, não surpreende que tais diretrizes influenciem profundamente a linha do partido bolchevista após a sua morte.

A) A QUESTÃO DO MONOPÓLIO DO COMÉRCIO EXTERIOR

É a propósito da questão do monopólio do comércio exterior que posições direitistas (as quais, ulteriormente, não se reafirmarão sob a mesma forma) são sustentadas ao nível do Comitê Central, precisamente quando Lênin começa a sentir os primeiros efeitos da doença e é obrigado a afastar-se por algumas semanas. Nesse momento, realiza-se a conferência de Riga²⁹ (fim de 1921), na qual Miliutin, representante soviético, chega a prometer a abolição do monopólio do comércio exterior.

Bukharin, Sokolnikov e outros que apóiam Miliutin estão, de fato, persuadidos da incapacidade do Commissariado do Comércio Exterior para gerir as trocas econômicas internacionais; preconizam, por isso, a atenuação das regras do monopólio, ou sua abolição completa. Stálin é favorável a tais teses; mas Lênin as considera uma ameaça ao futuro da ditadura do proletariado, salientando que sua adoção permitiria aos exportadores estrangeiros entrar em contato direto com os “Nepmen” e poderia arruinar pura e simplesmente a indústria soviética, pois o capital estrangeiro certamente estaria pronto, se necessário, a adotar preços de *dumping* e a conceder subvenções à exportação, a fim de paralisá-la.

Durante algum tempo, o Comitê Central não partilha das opiniões de Lênin. Só em março de 1922 este obtém a aprovação de alguns decretos consolidando o monopólio do comércio exterior. Apesar disso, por influência dos membros do Comitê Central contrários à manutenção pura e simples do monopólio do comércio exterior, esta medida continua a ser posta em questão a ponto de homens de negócios estrangeiros que transacionam com os representantes soviéticos chegarem a suspender, na expectativa da abolição do monopólio, a assinatura de contratos que se preparavam a ratificar. A 15 de maio de 1922, cada vez mais inquieto com o rumo que toma esse assunto, Lênin envia a Stálin uma carta exigindo a reafirmação do princípio do monopólio do comércio exterior, bem como a proibição de qualquer

28. A doença obriga Lênin a abandonar, pela primeira vez, sua atividade de dirigente no final de 1921 e depois, mais demoradamente, entre o fim de maio de 1922 e outubro do mesmo ano, e definitivamente em dezembro de 1922. Sua atividade política cessa totalmente em março de 1923. Anteriormente, mesmo quando não tinha mais condições de dirigir, intervinha frequentemente, redigindo cartas, notas e artigos.

29. Trata-se da Conferência Econômica do Báltico, reunida em Riga de 28 a 31 de outubro de 1921. Nela discutem-se as condições em que deve desenvolver-se o comércio exterior da Rússia. V. P. Miliutinine chefe a delegação soviética.

projeto que vise a tocar no monopólio³⁰. Na margem dessa carta, que só foi publicada em 1959, Stálin anota:

"Nessa etapa, eu não me oponho à interdição formal das medidas no sentido do enfraquecimento do monopólio do comércio exterior. Creio, porém, que esse enfraquecimento torna-se inevitável."³¹

Após a intervenção de Lênin, seu ponto de vista é adotado pelo Politburo durante a reunião de 22 de maio. Mas, três dias depois, Lênin adoece gravemente (tem a mão e a perna direitas paralisadas e fala com muita dificuldade).

A ofensiva levada a efeito pelos adversários do monopólio do comércio exterior caracteriza então a existência de uma linha de direita. A 6 de outubro de 1922, o *Comitê Central aceita as proposições de Sokolnikov no sentido de introduzir importantes alterações no monopólio estatal*. Embora ainda doente, Lênin pode pôr-se a par desses assuntos e, por isso, intervem novamente através de uma carta datada de 13 de outubro, na qual afirma, sobretudo, o seguinte:

"A decisão da reunião plenária do CC de 6 de outubro instaura uma forma aparentemente pouco importante e parcial... mas, de fato, é um golpe decisivo no monopólio do comércio exterior."³²

Em consequência dessa carta, e levando em conta a autoridade política de Lênin que parece a ponto de retomar o controle da situação, o Comitê Central volta atrás em sua decisão.

As reviravoltas que acabam de ser narradas testemunham a importância das forças de direita no Comitê Central, ou das forças susceptíveis de sofrer a influência de uma linha direita. A existência de uma forte tendência "economicista" traduz-se aqui pelo peso atribuído ao argumento segundo o qual a "inexperiência" do monopólio do comércio exterior poderia fazer o poder soviético perder momentaneamente alguns milhões de rublos, o que teria "justificado" o abandono de um posto de comando político tão essencial.

Neste episódio, Stálin mostra-se constantemente favorável ao "abrandamento" do monopólio do comércio exterior, e só cede finalmente, por insistência de Lênin. Ao comunicar a carta deste ao Comitê Central, Stálin a ela anexa uma nota em que diz principalmente:

"A carta do camarada Lênin não me fez mudar de opinião quanto à justiça da decisão do *Plenum*... relativa ao comércio exterior." Mas dá seu consentimento aos termos dessa carta "em vista da insistência do camarada Lênin" para que se faça uma revisão³³.

30. Cf., sobre essas divergências a propósito do monopólio do comércio exterior, Lênin, *O. C.*, tomo 42, pág. 442-3 e 638-9, e tomo 45, págs. 566-7 e 777-8.

31. Cf. vol. 45 de *Sorokhneniya*, pág. 548, citado de Monhé Lewin. *Le dernier combat de Lênine*, Editions de Minuit, Paris, 1967, págs. 48 e 150.

32. Lênin, *O. C.*, tomo 33, pág. 382.

33. Citado de M. Lewin, *op. cit.*, *ibid.* Cf. também Lênin, *O. C.* (em russo), 5ª edição, Moscou, 1964, págs. 220-223 e 561 a 563, bem como págs. 333-9 e 588 a 591.

Finalmente, em dezembro de 1922, durante uma reunião na qual Trotski intervem para apoiar a posição de Lênin, o *Comitê Central anula a decisão que havia adotado a 6 de outubro*.

Assim termina "a questão do monopólio do comércio exterior", que lança uma luz particular sobre a relação de forças então existente dentro do Comitê Central e do Politburo; ora, essa relação de forças decidiu sobre a orientação da direção do partido num momento em que Lênin não tinha mais condições de intervir.

B) O PROBLEMA DAS NACIONALIDADES

O problema das relações entre a Rússia Soviética e as Repúblicas independentes não russas havia revelado, desde 1918, a existência, no partido bolchevista, de uma tendência favorável a uma concepção centralizadora que assegurasse posição dominante ao governo russo. Na época, essa tendência tentara opor-se à linha da maioria do Comitê Central e de Lênin. Semelhante tentativa parecia constituir apenas um fenômeno episódico. Mas não era. Na realidade, havia dentro do partido bolchevista adeptos de uma linha política fortemente marcada pelo nacionalismo burguês. Após 1921, tal linha se manifestava cada vez mais claramente, e Lênin vê nela a expressão do chovinismo grão-russo.

Já em 1918, alguns membros do Comitê Central, entre os quais Stálin, pronunciam-se, de maneira prudente, *contra o reconhecimento ao direito à autodeeterminação das nações bálticas e da Finlândia por que seu proletariado não estava no poder*. Em seu relatório sobre a questão nacional apresentada a 15 de janeiro de 1918 no III Congresso dos Sovietes dos Deputados Operários, Soldados e Camponeses da Rússia, Stálin formula explicitamente essa idéia. E depois de ter afirmado que a burguesia veste o "traje nacional" em sua luta pelo poder, acrescenta:

"Tudo isso mostra a necessidade de interpretar o princípio de livre disposição como o direito à livre disposição concedido não à burguesia, mas às massas trabalhadoras da nação interessada. O princípio da livre disposição deve servir de meio de luta em favor do socialismo e deve-se subordiná-lo aos princípios do socialismo."³⁴

Recorrendo a essa formulação, Stálin adere praticamente a uma concepção que é, na época, a de Bukharin e de Preobrajensky; tal formulação é retomada por estes dois autores em *O. A. B. C. do comunismo*³⁵.

34. Cf. o resumo dessa intervenção de Stálin, in J. Stálin, *Oeuvres*, tomo 4, Editions Sociales, Paris, 1955, pág. 36, (trechos sublinhados por mim - C.B.)

35. Cf. o capítulo VII deste livro. A tradução francesa foi publicada por Maspéro, Paris, 1968.

Com uma única exceção – o apelo dirigido ao povo da Carelia em 1920 –, a idéia da “autodeterminação” das “massas trabalhadoras” não se encontra mais nos documentos oficiais soviéticos dos anos seguintes, o que não impede Stálin de esforçar-se para pô-la em prática na Bielorrússia e nos Estados bálticos. Quanto a Lênin e à maioria do Comitê Central, tomaram posição favorável ao direito à *autodeterminação dos povos*, o qual é reafirmado no VIII Congresso do partido, durante os debates sobre a questão nacional, em março de 1919. Nessa reunião, Bukharin tenta ainda defender a idéia de uma “autodeterminação para as classes operárias de todas as nacionalidades”, citando mesmo, a respeito, o relatório de Stálin ao III Congresso dos Soviotes de Toda a Rússia. Piatakov interveém no mesmo sentido, denunciando a autodeterminação como uma “palavra de ordem burguesa”, “que unifica todas as forças contra-revolucionárias”; para ele, “uma vez que estejamos unidos no plano econômico, que tenhamos montado um único aparelho, um só Conselho Supremo da Economia Nacional, uma só administração das estradas de ferro, um só banco etc., toda essa célebre autodeterminação não valerá mais do que um ovo podre”.³⁶

A citação mostra claramente o laço que une o chovinismo grão-russo e as concepções ultra-estatais de Preobrajansky, Bukharin, Piatakov e outros dirigentes bolchevistas.

No VIII Congresso, Lênin encontra-se, assim, a princípio, isolado na defesa da posição tradicional do partido em favor da “autodeterminação das nações”. E explica que a palavra de ordem da “autodeterminação para as massas trabalhadoras” é falsa, pois só pode ser aplicada onde *já surgiu* uma brecha entre a burguesia e o proletariado. Para Lênin, o direito à autodeterminação deve ser *concedido às nações* em que essa brecha ainda não surgiu e reconhecido em relação a países, como a Polónia, onde os comunistas não constituem ainda a maioria da classe operária. Só assim – afirma ele – o proletariado russo pode evitar de ser acusado de *chovinismo grão-russo dissimulado sob o nome de comunismo*.³⁷

Finalmente, Lênin vence, e os artigos do programa do partido adotados pelo congresso estão de acordo com suas teses. A resolução sobre a questão nacional ressalta, sobretudo, que “o proletariado das nações que oprimiram outras deve ser particularmente prudente e pensar uma atenção especial às sobrevivências do sentimento nacional nas massas trabalhadoras das nações oprimidas, e não soberanas. Somente adotando tal política será possível criar condições para uma

36. Cf., para as citações de Bukharin e de Piatakov, o resumo do VIII Congresso do PC (b) R., Moscou, 1939 (edição russa de 1939), redigido de 1939), págs. 49 e 80-81, citado de E. H. Carr, *La formation de l'URSS*, op. cit., págs. 274-5.

37. Cf. o relatório de Lênin sobre o programa do partido, apresentado ao VIII Congresso a 19 de março de 1919, e também O.C., tomo 29, págs. 172-173.

unidade realmente duradoura, voluntária, entre os elementos nacionalmente diferenciados do proletariado internacional...”³⁸

Na verdade, a adoção, pelo VIII Congresso, da resolução que exprime as teses de Lênin não bastou para resolver o problema das relações com as diferentes nacionalidades”, pois o partido bolchevista passou em seguida pelas transformações já conhecidas.

O problema nacional ressurge com uma intensidade toda particular durante o verão de 1922, quando Lênin está novamente afastado dos assuntos políticos. Constatata-se então, no tocante a essa questão, a existência de uma poderosa oposição não declarada.

No mês de agosto desse mesmo ano, Stálin redige (na condição de presidente de uma comissão encarregada de regulamentar as relações entre a RSFSR e as outras repúblicas soviéticas) um projeto de resolução de “autonomização” que prevê a *inclusão das repúblicas independentes* (Ucrânia, Bielorrússia, Azerbaijão, Arménia e Geórgia) na *Federação russa* como “Repúblicas autônomas”, ou seja, de fato subordinadas. O projeto dispõe ainda que o governo da República russa, seu Comitê Executivo Central e seu Conselho dos Comissários do Povo substituirão o governo do conjunto. Tais proposições, que suprimem a independência das outras repúblicas soviéticas, enfrentam a oposição dos comitês centrais dos partidos da Bielorrússia e da Geórgia. O CC da Ucrânia não as discute, mas seus membros não se mostram favoráveis a elas.

Ao tomar conhecimento desse projeto, a 26 de setembro, Lênin condena o princípio de uma adesão das outras repúblicas à RSFSR e propõe a criação de uma Federação de Repúblicas baseada na *igualdade de direitos*. Segundo ele, a federação deve assumir a forma de uma União das Repúblicas Soviéticas da Europa e da Ásia, e o *governo russo não poderia ser o da União*.³⁹

Os partidários da integração das outras repúblicas soviéticas dotadas de um estatuto subordinado à RSFSR tentam ignorar as críticas de Lênin. Stálin apresenta imediatamente seu próprio projeto aos membros do Comitê Central, sem esperar que eles tenham tomado conhecimento da opinião de Lênin.⁴⁰ E chega mesmo a declarar durante

38. Cf., sobre o assunto K.P.S.S. v. *Resolútsiakh*, op. cit., tomo I, pág. 417.

39. Vimos anteriormente (cf. *supra*, pág. 376) que o problema das relações da Rússia soviética com os povos não russos tem uma significação política e teórica fundamental: um tratamento correto dessas relações é necessário para estabelecer uma linha política que permita ao proletariado desempenhar papel dirigente efetivo em relação ao movimento revolucionário dos povos oprimidos pelo imperialismo e o colonialismo; mais geralmente, o que está em questão aqui é a preservação do papel dirigente do proletariado em relação às diferentes formas do movimento revolucionário democrático; donde a importância decisiva atribuída por Lênin a esse problema.

40. República Socialista Federal dos Soviotes da Rússia.

41. Cf. Lênin, O.C., tomo 42, págs. 445-7. Nessa carta, Lênin ressalta, sobretudo, que as Repúblicas soviéticas devem ser “iguais em direito” (pág. 446).

42. Cf. Lênin, O.C., tomo 42, pág. 642.

uma reunião do Politburo consagrada ao problema, "que é preciso mostrar firmeza em relação a Lênin", e, numa carta de 27 de setembro, refere-se ao "liberalismo nacional" de que Lênin dá mostras nesse assunto⁴³.

O Comitê Central, reunido a 6 de outubro de 1922, adota, finalmente, o texto de Stálin com ligeiras modificações, levando em conta, formalmente, algumas observações de Lênin: o termo "união" é substituído por "federação", mas as disposições concretas garantem praticamente a hegemonia grã-russa⁴⁴.

Lênin está diante de um *fato consumado*. Considerando, porém, que a decisão tomada a 6 de outubro de 1922 se reveste de extrema gravidade, ele resolve traçar uma linha de demarcação bem nítida entre suas posições e as adotadas pelo Comitê Central em condições confusas, isto é, sem ter sido plenamente informado sobre o estágio da discussão. No mesmo dia em que teve conhecimento da decisão do CC, Lênin escreve o seguinte numa carta a Kamenev:

"Declaro guerra, não uma pequena guerra, mas uma guerra de vida e de morte ao chovinismo grã-russo."⁴⁵

Para Lênin, essa frase é o enunciado de uma tarefa política fundamental - a da luta contra uma linha "de direita" que não se afirma por um programa mas por uma prática. A seu ver, todos os fatos confirmam a urgência dessa luta. Ocorre eletricamente um agravamento rápido da crise entre o Comitê Central do partido russo e os de outras nações, em primeiro lugar com o do partido georgiano.

A oposição entre a linha internacionalista de Lênin e a do secretário-geral assume caráter agudo, embora não se torne pública. A partir do final de outubro de 1922, as notas, as mensagens e o jornal de Lênin insistem constantemente na análise que ele faz dos riscos do *alinhamento do partido bolchevista com as posições do chovinismo grã-russo* e, portanto, com as posições da burguesia. Além de denunciar o chovinismo de grande potência, Lênin salienta a *necessidade de uma "destigaldade" em favor das pequenas nações*, a fim de compensar o dese-

43. Sobre esse ponto, consultar M. Lewin, *Le dernier combat de Lénine*, op. cit., págs. 62-63.

44. Em seu livro *The Stalin Era*, Anna Louise Strong observa que uma das modificações feitas por Stálin no texto de que Lênin tomara conhecimento refere-se a uma nova medida, de importância política considerável, isto é, a *centralização da política política*: em consequência, a política política escapa à autoridade das diversas repúblicas para depender exclusivamente do governo central. (A. L. Strong, *The Stalin Era*, Mains-tream Publishers, New York, 1956, pág. 16).

45. Lênin, *O. C.* (em russo), edição, tomo 45, pág. 214. Contrariamente ao costume, a publicação dessa carta não é acompanhada de nenhuma nota de comentário; por outro lado, o comentário do Instituto de Marxismo-Leninismo do CC do PCUS que acompanha a carta dirigida por Lênin a Kamenev a 26 de setembro (cf. *O. C.*, tomo 42, pág. 644) leva a crer que a resolução adotada a 6 de outubro pelo CC estava de acordo com as indicações de Lênin, o que torna incompreensível a carta de Lênin datada do mesmo dia.

quilíbrio que elas sofrem em relação à grande nação; eis o que escreve a esse respeito:

"Quem quer que não tenha compreendido isso ignora igualmente o que seja a atitude verdadeiramente proletária em relação à questão nacional: no fundo, apega-se ao ponto de vista pequeno-burguês e, em consequência, só pode é deslizar a todo instante para as posições da burguesia."⁴⁶

Assim, a propósito da questão nacional, *pedra de toque do internacionalismo proletário*, Lênin constata a emergência, no seio do Comitê Central, de tendências favoráveis ao desenvolvimento de uma linha oportunista.

Por isso, julga necessário condenar com firmeza as pressões exercidas pelo secretariado do partido russo sobre o Comitê Central do partido georgiano, e que são precisamente uma das manifestações do chovinismo de grande potência. Lênin esclarece sua posição sobre esse ponto na nota já citada:

"Creio que temos aqui, no tocante à nação georgiana, o exemplo típico de que uma atitude verdadeiramente proletária exige que redobremos a prudência, a atenção e a conciliação. O georgiano, que considera com desprezo esse lado da questão, que lança desdenhosamente acusações de "social-nacionalismo" (enquanto ele próprio é não apenas um verdadeiro, um autêntico "social-nacionalista", mas também um brutal belégum grã-russo), esse georgiano vai, na realidade, de encontro à solidariedade proletária de classe..."⁴⁷

Lênin acha que se enganou ao aprovar o que lhe foi apresentado como uma *fórmula de "união"*. Afirma que teria sido necessário, nas condições políticas existentes, *renunciar a essa "unificação"* desejada por Stálin. E escreve:

"Teria sido preciso transferir essa medida para o dia em que pudéssemos dizer que respondemos por nosso aparelho..."⁴⁸

Uma nota posterior da autoria de Lênin mostra claramente que, nessa questão, o que está em causa para ele é o *internacionalismo proletário* e o futuro da revolução no mundo:

"O prejuízo que pode cegar a nosso Estado a ausência de aparelhos nacionais unificados com o aparelho russo é infinitamente, incomensuravelmente menor do que o resultante dessa unificação para nós, para toda a Internacional, para as centenas de milhões de homens dos povos da Ásia que surgirão depois de nós na cena histórica num futuro próximo."⁴⁹

46. Lênin, *La question des nationalités ou de "l'autonomie"*, *O. C.*, tomo 36, pág. 621.

47. *Ibid.*, págs. 621-2.

48. *Ibid.*, pág. 619.

49. *Ibid.*, pág. 624.

A nota citada – que opõe os interesses do *Estado soviético* aos do *movimento comunista russo e internacional* – termina com algumas frases reveladoras de que, nesse momento, Lênin tomou plena consciência do fato de que o *centro de gravidade da revolução mundial deslocou-se da Europa industrial para a Ásia camponesa*. E a propósito, declara, por exemplo, o seguinte:

“Seria de um oportunismo imperdoável se, às vésperas dessa intervenção do Oriente e no início de seu despertar, arruinássemos, a seus olhos, nossa autoridade começando a brutalidade ou injustiça em relação a nossos próprios alógenos. Uma coisa é a necessidade de enfrentarmos, todos juntos, os imperialistas do Ocidente... Outra é envolvermos-nos, mesmo em questões de pormenores, em *relações imperialistas*” no tocante às nacionalidades oprimidas, despertando, assim, suspeita sobre a sinceridade de nossos princípios, sobre nossa justificação de princípio da luta contra o imperialismo. Ora, a jornada de amanhã, na história mundial, será justamente a do despertar definitivo dos povos oprimidos pelo imperialismo e do começo de uma longa e áspere batalha por sua libertação.”⁵¹

A importância do debate e da luta de Lênin em torno da questão georgiana decorre do seu motivo: o *conflito entre uma linha internacionalista proletária e uma linha direitista tendente a identificar-se com o nacionalismo burguês grão-russo*. Além do mais, essa linha direitista, sem ser o eixo de uma oposição declarada, acaba por reagrupar forças cada vez mais numerosas no aparelho do partido; ela irra, aliás finalmente triunfar logo após a morte de Lênin.

Na ausência de uma luta ideológica sistemática travada pelo partido bolchevista contra o chovinismo grão-russo, este tende, de fato, a desenvolver-se, na medida em que corresponde ao estado de espírito “espontâneo” de uma grande parte das massas populares da Rússia, sobretudo do campesinato russo que, encerrado no horizonte estreito do povoado, considerava facilmente com desprezo as outras nacionalidades: poloneses, tártaros, georgianos? etc. Ora, após a morte de Lênin, o partido bolchevista não trava, na prática, essa luta; a passividade do partido relaciona-se estreitamente com a penetração em massa, nos aparelhos do partido e do Estado, de administradores, engenheiros, técnicos e intelectuais burgueses. Tal penetração alimenta, de fato, tendências ideológicas e políticas burguesas, bem como práticas “economicistas” ligadas a certa concepção do papel dos técnicos, a certa concepção da NEP e do papel desempenhado pelo Estado na implantação desta.

50. Sublinhado por mim (C. B.). Esse trecho mostra que, para Lênin, podem existir *relações imperialistas* diferentes das que se enraízam na existência dos monopólios privados e do capital financeiro.

51. *Ibid.*, pág. 624.

52. Os apelidos populares usados correntemente para designar esses “alógenos” são denunciados por Lênin como uma manifestação de *nacionalismo de grande potência*. (Cf. *Annuaire O.C.*, tomo 36, pág. 621.)

Com efeito, o desenvolvimento de uma oposição de direita no tocante à questão nacional constitui uma das consequências das novas relações políticas corporificadas no seio do partido bolchevista durante o “comunismo de guerra”.

Este favoreceu um estilo de direção fortemente centralista no partido bolchevista, prejudicando, assim, a qualidade das relações entre seus diferentes escalões, entre a base e a cúpula, entre a direção política e a direção administrativa. O próprio modo como a direção administrativa do partido tentou, em 1922, resolver a questão georgiana mostra a que ponto nele estabeleceram-se práticas e relações não proletárias.

De fato, diante da recusa do Comitê Central georgiano⁵³ em aceitar as “proposições” (que são apresentadas como ordens) adotadas pela comissão presidida por Stálin, o secretário-geral decide recorrer a *medidas administrativas*: transfere para funções politicamente inócuas, afastando-os em certos casos da Geórgia, os membros do Comitê Central georgiano que não se curvam às decisões do secretariado que visam a “resolver” um problema político por meio de medidas administrativas⁵⁴. Durante uma discussão, Ordjonikidzé, que representa na época o secretariado do PC (b) R na Geórgia, chega às vias de fato com Kabanidzé, um dos membros do Comitê Central georgiano.

O comportamento de Ordjonikidzé testemunha o aparecimento do *exercício da coerção física contra um membro do partido a fim de “modificar suas opiniões”*, ou pelo menos sua manifestação. Segundo Lênin, não se trata de uma “falta pessoal” decorrente da “psicologia” de Ordjonikidzé, mas o início de *relações políticas* extremamente perigosas para o futuro, pois assiste-se ao surgimento no partido de uma *prática política burguesa de repressão*, à qual estão associados Stálin, secretário-geral do partido, e Dzerjinski, chefe da GPU.

Quando, a 30 de dezembro de 1922, Lênin toma conhecimento desse episódio da Geórgia, considera o fato um sinal de que o partido foi atingido por grave *degenerescência* que reflete sobretudo o aparecimento de um “estilo de direção” totalmente inadmissível num partido proletário. E, além de condenar expressamente o recurso à violência, declara que a atitude de Ordjonikidzé, bem como o contexto em que seu ato se insereve, mostram “para que atoleiro” o partido se deixou arrastar⁵⁵.

53. Os comitês centrais dos partidos da Ucrânia, Bielo-Rússia, Azerbaidjão e Armênia acabam por curvar-se diante das pressões exercidas sobre eles: as relações entre os membros desses comitês e a secretaria-geral do partido russo não estão, portanto, tão vivamente deterioradas quanto com o da Geórgia.

54. A 22 de outubro de 1922, o CC do partido georgiano protesta contra a atitude da secretaria do partido russo, tomando uma decisão excepcional: nove de seus membros *demitem-se coletivamente*.

55. *Lenin, O.C.*, tomo 36, pág. 618.

Lênin adverte que, ao tolerar o desenvolvimento de tais relações, o partido bolchevista arrisca-se a seguir o caminho que leva à supressão em seu seio de toda manifestação de opiniões em desacordo com as da direção e, particularmente, com a dos membros dos órgãos executivos superiores do partido. Semelhante supressão ameaça gravemente o caráter proletário do partido, pois a preservação desse caráter exige que esta organização permaneça aberta às discussões e às críticas e que sua unidade seja o resultado de uma luta ideológica declarada.

O estado de saúde de Lênin não lhe permite levar até o fim o exame das implicações do episódio da Geórgia e de outros incidentes passados e nem preconizar medidas de conjunto capazes de permitir a luta pela consolidação de relações proletárias entre os membros do partido e contra a degenerescência assim iniciada. Apesar disso, mandou proceder a uma investigação, o que fez por seus próprios meios, pelo fato de não poder mais confiar no aparelho administrativo do partido, que após Ordjonikidze e depende do secretário-geral⁵⁶. Essa questão leva Lênin igualmente a ditar várias notas nas quais denuncia, mais uma vez, o que chama de emprego de "meios físicos de coerção" ou ainda de "biomecânica"⁵⁷. Condena de novo tais métodos numa nota de 14 de fevereiro de 1923, lembrando que "não é permitido bater em ninguém"⁵⁸.

Antes mesmo de conhecer o resultado da investigação sobre a questão georgiana, Lênin não hesita em declarar que o que se passou ali exige uma sanção política. E, em suas notas de 31 de dezembro de 1922, escreve:

"... É preciso aplicar uma punição exemplar ao camarada Ordjonikidze (...) e também concluir a investigação ou proceder a uma outra sobre todos os documentos da comissão Dzerjinski, a fim de corrigir o grande número de irregularidades e julgamentos parciais que ali existem indubitavelmente. É claro que Stálin e Dzerjinski devem ser responsabilizados politicamente por essa campanha profundamente nacionalista grã-russa."⁵⁹

Os problemas das relações com as nações não russas, do estilo de direção e da natureza das relações entre comunistas colocam-se, daí por diante, no centro das preocupações de Lênin. É sintomático que seus dois últimos textos sejam uma carta em que ameaça romper relações com Stálin e uma outra enviada aos dirigentes georgianos A. P.

56. A 3 de abril de 1922, Stálin - que até então ostentava o título de "secretário" - torna-se "secretário-geral".

57. Cf. a nota 288 incluída no tomo 42 das O.C., de Lênin, pág. 489 e segs. Nesse tomo figura o diário mantido pelos secretários de Lênin entre 21 de novembro de 1922 e 6 de março de 1923 (op. cit., pág. 455 e 486). Este diário permite acompanhar as lutas travadas por Lênin, já imobilizado pela doença, contra o desenvolvimento das correntes direitistas e nacionalistas grã-russas e também contra um estilo de direção autoritário e burocrático.

58. *Ibid.*, pág. 607.

59. Lênin, O.C., tomo 36, pág. 623.

G. Mdivani, F. E. Makharadzé etc., assegurando-lhes seu apoio⁶⁰. Nesta carta Lênin declara:

"Estou interessado em vosso problema de todo coração. Sinto-me indignado com a grosseira de Ordjonikidze e a conivência de Stálin. Preparo em vosso apoio notas e discursos."⁶¹

É claro que o assunto assumiu, a partir daí, grande importância, nos olhos de Lênin, que se apressa em denunciar publicamente o chovinismo grã-russo (oculto sob o manto do internacionalismo) de uma parte dos dirigentes do PC(b)R.

Assim, de modo geral, as transformações operadas no partido bolchevista e o desenvolvimento de uma oposição direitista não declarada que segue uma linha autoritária e chovinista grã-russa levam Lênin a dar uma série de novas orientações, a fim de estabelecer uma linha de massa. Esta será combatida, na prática, pelo aparelho administrativo do partido, desejoso de consolidar sua própria autoridade.

C) LINHA DE MASSA OU CENTRALISMO ADMINISTRATIVO

Antes mesmo de surgirem os sinais mais evidentes da existência de uma forte tendência direitista, autoritária e chovinista grã-russa, Lênin já havia dado as indicações para a luta contra as bases de tal tendência. Assim, em setembro de 1921, salienta a necessidade de uma luta de massa contra as influências exercidas pela ideologia burguesa e pequeno-burguesa sobre o partido. Vejamos o que escreve então:

"... É preciso livrar o partido dos elementos que perdem o contato com a massa (sem falar, naturalmente, dos que desonram o partido aos olhos da massa). É evidente que não obedecemos a todas as sugestões da massa, pois ela se deixa também algumas vezes influenciar, sobretudo durante os anos de fadiga extrema, de estafas, de privações e de sofrimentos excessivos, por idéias que não são avançadas. Mas eminentemente preciosas são as indicações da massa proletária sem partido e, em muitas ocasiões, as da massa camponesa sem partido para julgar os homens, repudiar os "intrusos", os "grandes senhores", os "burocratizados". A massa trabalhadora compreende, com um instinto admirável, a diferença entre os comunistas honestos e devotados e os que inspiram um sentimento de desgosto ao homem que ganha seu pão com o suor de seu rosto, ao que não tem nenhum privilégio, nenhuma 'gratificação'."⁶²

As mesmas orientações são dadas, mais de uma vez, por Lênin, quando insiste no que deveria ser o trabalho da Inspeção Operária e Camponesa, cuja gestão condena severamente em um de seus últimos

60. Essas duas cartas, datadas, respectivamente, de 5 e 6 de março de 1923, estão incluídas no tomo 45 das O.C., págs. 628-9.

61. *Ibid.*, pág. 629.

62. Lênin, O.C., tomo 33, págs. 31-32.

textos, salientando precisamente que esse aparelho, dirigido, por Stálin, está isolado das massas. E insiste no fato de que a Inspeção Operária e Camponesa deveria permitir exercer o controle de baixo para cima sobre o aparelho do Estado e o partido⁶³.

Levando em conta a necessidade de lutar contra o desenvolvimento de relações políticas burguesas dentro do partido e contra a tendência direita em progresso nos aparelhos administrativos do Estado e do partido - e da influência que esses aparelhos exercem sobre o próprio Comitê Central - é que Lênin dá algumas orientações no seu "testamento"⁶⁴. Essas diretrizes têm por objeto, sobretudo, a composição do Comitê Central e a escolha dos dirigentes.

Sobre o primeiro ponto, Lênin afirma ter chegado o momento de introduzir *sangue novo* na direção do partido, aumentando os efetivos do Comitê Central para 50 ou mesmo 100 membros, e *escolhendo os novos membros do Comitê Central essencialmente entre os operários e os camponeses*. E a esse respeito formula sugestões precisas:

"Os operários que integrarão o Comitê Central não devem, em minha opinião, ser recrutados sobretudo entre aqueles que fizeram um prolongado estágio de trabalho nos soviets (entre os operários designados nessa passagem de minha carta incluí também os camponeses), porque neles já se criaram certas tradições e preconceitos que seria necessário justamente combater.

Entre os operários membros do Comitê Central devem figurar principalmente aqueles situados abaixo da camada que, há cinco anos, tem ingressado nas fileiras dos funcionários dos soviets; ao contrário, eles devem ser simples operários e camponeses que não poderiam colocar-se, nem de perto nem de longe, entre os exploradores."⁶⁵

De fato, o número de integrantes do Comitê Central foi aumentado em 1923 e em 1924, mas nem entre os 17 membros eleitos pelo XII Congresso nem entre os 15 novos membros escolhidos pelo XIII Congresso encontram-se "operários situados abaixo dessa camada que, há cinco anos, ingressou nas fileiras dos funcionários dos soviets"; ao contrário, nele figuram secretários do partido das cidades e regiões, um secretário do Conselho Central dos Sindicatos (A. I. Dogadov), um secretário do Bureau Siberiano do Comitê Central (L. B. Kossior), o presidente do povo para o Comércio Exterior (L. B. Krassin), o presidente do Gosplan, secretários do Comitê Central das Juventudes Comunistas, dirigentes do Conselho Superior da Economia Nacional,

63. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 33, pág. 504.

64. O chamado "testamento" de Lênin é constituído, na realidade, de um conjunto de textos redigidos, principalmente, entre 23 e 26 de dezembro de 1922, e completados no início de 1923. Esses escritos destinavam-se a serem lidos no XII Congresso que devia reunir-se de 17 a 25 de abril de 1923.

65. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 36, págs. 609-610. Esse trecho do "testamento" de Lênin, bem como todo o resto do texto, só foi publicado, pela primeira vez, em 1956 no número 9 da revista soviética *Kommunist*.

isto é, os representantes "eminentes" da camada superior do aparelho administrativo do partido e do Estado.

Assim, as recomendações de Lênin visando a modificar a composição do Comitê Central no intuito de enfraquecer a representação da tendência direita não chegaram a resultado algum. E apesar de ser ainda um órgão importante, o Comitê Central tende cada vez mais a desempenhar um papel secundário em relação ao Politburo e à Secretaria-Geral: é nesses dois órgãos estreitamente ligados ao pessoal dos altos escalões administrativos que o poder efetivo tende a se concentrar.

Lênin não ignorava esse fato. Por isso não é de surpreender que pouco antes de ser definitivamente condenado ao silêncio pela doença e a morte, Lênin volte, a 24 de dezembro de 1922, em sua carta ao Congresso, a tratar da questão da Secretaria e da personalidade do secretário-geral⁶⁶.

Alguns dias depois, a 4 de janeiro de 1923, num complemento à sua carta ao XII Congresso, Lênin chega à conclusão já mencionada relativa à necessidade de demitir Stálin da Secretaria-Geral⁶⁷. Além da "pessoa" de Stálin, Lênin visa os partidários de um certo tipo de *relações políticas* que, em vez de permitir a combinação da luta ideológica com a luta pela unidade do partido, leve a dar ênfase a uma unidade, às vezes imposta às custas da exclusão de velhos quadros bolchevistas (cujas críticas, e até mesmo as simples reservas, serão cada vez menos toleradas).

Após o desaparecimento de Lênin, suas últimas orientações não serão seguidas, na prática, por aqueles que assumem o controle total da direção do partido. Essa observação vale tanto para as diretrizes gerais - que constituem o início de uma nova estratégia destinada a permitir a condução do campesinato pobre e médio pela via do socialismo - quanto para as indicações de ordem organizacional.

Não é, portanto, surpreendente que, após a morte de Lênin, o Politburo e o Comitê Central decidam ocultar do partido a existência desses últimos textos, os quais constituem aquilo que passou a se chamar de "testamento". Embora escritos para serem difundidos no Congresso do partido, esses textos não lhe são comunicados. Krupskaja tenta, apesar disso, levá-los ao conhecimento do XIII Congresso (o primeiro a se reunir após a morte de Lênin, de 23 a 31 de maio de 1924), mas só consegue que sejam lidos numa reunião do Comitê Central acrescido dos mais antigos militantes. Durante esse encontro, e depois das intervenções de Zinoviev e de Kamenev, o Comitê Central de-

66. Ver citação, *supra*, pág. 288.

67. Cf. *supra*, pág. 289.

cide, por 30 votos contra 10, manter o "testamento" em segredo e só permitir que seja lido pelos "chefes de delegações"⁶⁸.

Tais indicações relativas às orientações de Lênin e às tendências por ele combatidas durante seus dois últimos anos de atividade política não devem ser perdidas de vista quando se faz o balanço de cinco anos de revolução.

QUINTA PARTE

68. Essa comunicação oral e limitada ao conhecimento de algumas pessoas é ainda apresentada à época da publicação do "testamento" em 1956, como um comunicado ao Congresso "conforme à vontade de Lênin". Cf., sobre esse ponto, a nota 677, pág. 736, tomo 36, das *O.C.* de Lênin.

Capítulo IV

As transformações da concepção leninista da NEP¹

Nos importantíssimos textos em que discute os problemas da NEP, Lênin eleva progressivamente ao nível teórico a experiência positiva e negativa dos primeiros anos da Revolução. Parte da constatação do fracasso do "comunismo de guerra" e, aparentemente, "voltando" às concepções de 1917-18, formula, na realidade, progressivamente, uma nova estratégia; uma estratégia enriquecida pela experiência e que leva em conta o fato de não ser mais tão iminente a revolução proletária na Europa industrial, o que obriga a colocar, cada vez mais claramente, *os problemas da edificação do socialismo num país de maioria camponesa* e, portanto, a definir uma estratégia de classe e uma estratégia econômica novas, diferentes das que tinham sido admitidas até então. Certamente, numerosos elementos dessa estratégia estão presentes nos textos anteriores, mas organizados de outro modo.

Os textos nos quais Lênin trata desses problemas são constantemente enriquecidos entre 1921 e 1923. Nelas surgem literalmente idéias novas, uma visão mais ampla das contradições e uma formulação cada vez mais justa das exigências de um tratamento correto dessas contradições.

1. Neste capítulo, que constitui uma parte do balanço de cinco anos de revolução, são examinadas apenas as transformações da concepção leninista da NEP. Quanto às *consequências e/ou* da NEP - que se desencadeiam sobretudo a partir de 1923 -, serão examinadas no segundo volume desta obra.

Seção I

A concepção leninista da NEP na primavera de 1921

Compreender o progresso do pensamento de Lênin é essencial, pois esse pensamento constitui um verdadeiro "laboratório". A análise de sua progressão permite ver o que é uma aplicação viva do marxismo; ela é também plena de ensinamentos, porque mostra os obstáculos opostos por formulações antigas e inadequadas ao nascimento de formulações novas.

A primeira concepção da NEP, formulada na primavera de 1921, destina-se, antes de tudo, a enfrentar uma situação de emergência: a impossibilidade de prosseguir com a política de requisições e a necessidade de levar em conta as reivindicações do campesinato.

Apoiando-se em suas análises de 1917 e início de 1918, constatando o fracasso do "comunismo de guerra" e levando em alta consideração as reivindicações dos camponeses, Lênin reúne os elementos para uma primeira concepção da NEP, que é a da necessidade de se fazer compromissos temporários, a fim de "resistir até a vitória da revolução internacional"; ela não visa (como Lênin tentará mostrar nos textos posteriores) a abrir uma nova via para o socialismo, mas simplesmente lança as bases de medidas indispensáveis para fortalecer o poder soviético.

2. Cf. o texto do relatório de Lênin sobre as "concessões" apresentado a 11 de abril de 1921 à fração comunista do Conselho Central dos Sindicatos da Rússia; citação in *O.C.*, tomo 32, pág. 324.

No plano da política econômica, a primeira concepção da NEP (que prevalece, em geral, de março a outubro de 1921) corresponde essencialmente dois tipos de medidas. De um lado, como se sabe, ela comporta o abandono das requisições impostas aos camponeses, sua substituição pelo imposto em espécie e o restabelecimento de certa liberdade concedida às transações efetuadas pelos camponeses, bem como ao pequeno comércio e à pequena indústria. De outro, comporta "concessões" ao grande capital estrangeiro, com o duplo objetivo de opor uma parte do capital financeiro internacional à outra e de impulsionar a indústria russa, praticamente paralisada. Essa segunda componente da "Nova Política Econômica", então considerada como a *componente principal*, inscreve-se na linha do "*capitalismo de Estado*" do qual a NEP é vista apenas como uma variante. A NEP, concebida como uma variante do capitalismo de Estado, justifica-se aos olhos de Lênin pela análise por ele feita, nesse momento, das relações que o proletariado pode manter com as massas camponesas. Na primavera de 1921, a aliança política do proletariado com o campesinato só lhe parece possível se o primeiro lutar para manter a revolução democrática, e não estabelecer como tarefa a transformação socialista, em grande escala, das relações sociais; contudo, uma política de *aliança econômica* com o campesinato é necessária para consolidar a ditadura do proletariado: para "salvar a revolução socialista na Rússia", segundo a fórmula empregada por Lênin em seu relatório de 15 de março de 1921 ao X Congresso do partido bolchevista. Ele esclarece assim seu pensamento:

"... Os interesses dessas duas classes (o campesinato e o proletariado - C.B.) são diferentes; o pequeno agricultor não deseja aquilo que o operário quer."

Na X Conferência do PC (b) R da Rússia (26 a 28 de maio de 1921), Lênin volta à mesma idéia ressaltando que a aliança do campesinato com o proletariado havia sido possível nas condições da guerra civil porque a ofensiva branca ameaçava também o campesinato com um retorno à dominação da grande propriedade rural:

"A razão principal, o principal incentivo, o fator determinante de nosso acordo (com o campesinato - C.B.) foi a guerra civil... Esse era o fator essencial que determinava a forma de aliança entre o proletariado e campesinato."

E acrescenta ainda com maior clareza:

"Depois que repelimos o inimigo de fora... tivemos nova tarefa pela frente: a da aliança econômica (sublinhado no texto) entre a classe operária e o campesinato."

O caráter "econômico" (e, portanto, não principalmente político) da aliança operária e camponesa é ressaltado, como se vê, pelo próprio Lênin.

3. Lênin, O.C., tomo 32, pág. 225.

4. *Ibid.*, págs. 432 e 433.

Nesse mesmo relatório, Lênin destina sempre um lugar essencial à grande indústria quando declara:

"A base única e real... para criar a sociedade socialista só pode ser a grande indústria. Sem as grandes fábricas capitalistas, sem a grande indústria superiormente organizada, não se poderia falar de socialismo em geral, com maior razão num país agrícola."

Lênin estabelece, além disso, uma ligação direta entre a existência da *consciência de classe* do proletariado e a existência ou ausência da *grande indústria*: "A principal base material sobre a qual se desenvolve a consciência de classe do proletariado é a grande indústria."⁵

Nesse momento, um dos objetivos visados é a consolidação da "aliança econômica" do proletariado com o campesinato *por meio do desenvolvimento das "trocas socialistas" (de fato não monetárias) entre as cidades e os campos*. Na prática, isso resulta numa atitude pouco favorável à retomada do desenvolvimento da indústria rural, fundamento da vida cotidiana dos camponeses. Por isso, certos objetivos visados pela concepção da NEP da primavera de 1921 não são realmente de natureza a consolidar, nos fatos, a aliança econômica do proletariado com o campesinato.

No entanto, Lênin pensa que, globalmente, as concessões feitas ao campesinato devem permitir evitar que as contradições entre ele e o proletariado se transformem em contradições antagonônicas, embora o antagonismo seja ameaçador no momento em que o proletariado deseja iniciar outras tarefas além daquelas da revolução democrática. Ainda diante da X Conferência do partido, Lênin assim se exprime:

"Ou o campesinato se entende conosco, e nesse caso nós lhe faremos concessões econômicas, ou é a luta."

Nessa época, aos olhos de Lênin, o antagonismo latente e constantemente ameaçador entre o proletariado e o campesinato está ligado ao caráter pequeno-burguês destes; o *inimigo principal* do proletariado é o elemento pequeno-burguês — donde a conclusão segundo a qual é preciso formar "um bloco ou uma aliança do Estado proletário com o capitalismo de Estado contra o elemento pequeno-burguês".⁶

No relatório que apresenta em julho de 1921 ao III Congresso da III Internacional, Lênin define novamente, com precisão, sua concepção das relações do proletariado com o campesinato: para ele, além das classes exploradoras, existe em quase todos os países capitalistas, exceto talvez na Inglaterra, "a classe dos pequenos produtores e a dos pe-

5. *Ibid.*, pág. 435.

6. *Ibid.*, pág. 438.

7. *Ibid.*, pág. 449.

8. Lênin, O.C., tomo 33, pág. 14.

9. *Ibid.*, pág. 19.

quenos agricultores. A questão capital da revolução é atualmente lutar contra essas duas últimas classes."¹⁰

Naturalmente, a luta contra os pequenos produtores e os pequenos agricultores não poderia ser conduzida do mesmo modo que a luta contra os grandes proprietários rurais e os capitalistas, pela simples razão de que essas classes sociais representam mais de 50% da população. Por isso,

... não se pode expropriá-los ou expulsá-los; aqui a luta deve ser conduzida de outra maneira. O que dá sentido ao período que começa atualmente na Rússia, do ponto de vista internacional, se se considera a revolução mundial como um processo único, é que no fundo devemos resolver, na prática, o problema das relações do proletariado com a última classe capitalista de nosso país... Esse problema se apresenta agora para nós de maneira prática. Penso que saberemos resolvê-lo. Em todo caso, nossa experiência será útil aos revolucionários proletários do futuro, que saberão se preparar melhor tecnicamente para a solução desse problema."¹¹

Essa concepção que designa a pequena burguesia (e, portanto, o campesinato) como o "inimigo principal"¹² faz par com aquela que visa a promover o capitalismo de Estado. Reencontra-se aqui um dos temas desenvolvidos por Lênin em 1918, em seu folheto *O Infantilismo de Esquerda*. Ele insiste, de fato, na idéia de que, na combinação de "elementos que decorrem de diferentes tipos econômicos e sociais coexistentes na Rússia", não é o socialismo quem está lutando com o capitalismo de Estado, "mas a pequena burguesia e o capitalismo privado é que lutam, lado a lado, ao mesmo tempo contra o capitalismo de Estado e contra o socialismo."¹³

Nesse texto, como em outros, Lênin propõe, portanto, uma *aliança do socialismo com o capitalismo de Estado contra a pequena produção*, sendo que o capitalismo de Estado não é definido apenas como uma política mas como uma "forma econômica e social" caracterizada por "uma organização estatal metódica" que permite "a realização material das condições do socialismo, das condições produtivas, econômicas e sociais..." – condições que, aos olhos de Lênin, parecem ser as que existem na Alemanha, enquanto na Rússia existem somente as condições políticas do socialismo: a ditadura do proletariado. Onde, a seguinte conclusão: é preciso "*entrar na escola* do capitalismo de Estado dos alemães... não poupar, práticas ditatoriais para apressar essa implantação dos costumes ocidentais na velha Rússia bárbara..."¹⁴

10. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 515.

11. *Ibid.*, págs. 515-516 (texto alterado de conformidade com o original russo, C.B.)

12. "Na passagem do capitalismo ao socialismo... nosso inimigo principal é a pequena burguesia com seus hábitos, seus costumes, sua situação econômica." Lênin, *O.C.*, tomo 27, pág. 304.

13. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 27, págs. 350-351, texto repetido no folheto *Imposto em Espécies* de 1921 (cf. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 351).

14. Lênin, *O.C.*, tomo 32, págs. 354-355.

Um dos temas significativos desenvolvidos no folheto *O Imposto em Espécies* é o da burocracia, na qual Lênin vê, com razão, um produto do caráter "pré-capitalista" da Rússia, dos "costumes patriarcais" que caracterizam o "mundo longínquo" dos povoados isolados sobre os quais a burocracia impõe facilmente seu jugo¹⁵, sendo incapaz de ajudar os camponeses a saírem de sua condição, enquanto a combinação da ditadura do proletariado com o capitalismo de Estado, sob a forma da NEP, lhe parece capaz de fazê-lo.

Assim, nessa concepção da NEP, o capitalismo de Estado é, para Lênin, o único meio de lutar, no momento – levando-se em conta as forças limitadas do partido bolchevista, sobretudo no campo –, contra a burocracia (essa outra forma do desenvolvimento de uma pequena burguesia), a corrupção e o regime das "propinas"; ele deve permitir o fortalecimento de relações regulares entre as cidades e o campo e *ajudar a destruir as condições econômicas sobre as quais se ergue uma superestrutura que a revolução proletária não pode realmente destruir*.

Lênin acrescenta que, a despeito do caráter capitalista do desenvolvimento das trocas assim estimuladas, seus efeitos são menos temíveis que os da manutenção das condições existentes, a qual leva à destruição da ditadura do proletariado enquanto o desenvolvimento do capitalismo permitido pela NEP pode permanecer limitado, pelo fato de existir o poder operário e camponês e de terem sido expropriados os grandes proprietários rurais e a burguesia.¹⁶

Lênin não declara, evidentemente, que as condições políticas e econômicas existentes *bastam para fixar um limite ao desenvolvimento do capitalismo*. Assim, escreve:

"Toda a questão, teórica e prática, consiste em encontrar os métodos justos que permitam orientar para a via do capitalismo de Estado o desenvolvimento inevitável do capitalismo (até certo ponto e por algum tempo); em estabelecer as condições necessárias e em garantir, num futuro próximo, a transformação do capitalismo de Estado em socialismo."¹⁷

Essa formulação é, sob muitos aspectos, interessante: ela destaca claramente o caráter muito provisório dessa concepção da NEP; põe em evidência a necessidade de encontrar "*métodos justos*" para limitar o desenvolvimento do capitalismo e levanta o problema da *transformação* do capitalismo de Estado em socialismo, o que os *opõe* claramente um ao outro e *exclui* a possibilidade de que, implantada a ditadura do proletariado, o desenvolvimento da grande indústria no quadro do capitalismo de Estado *possa desembocar no socialismo sem exi-*

15. *Ibid.*, pág. 372.

16. *Ibid.*, pág. 375.

17. *Ibid.*, pág. 367. (O grifo é meu – C.B.)

em um processo de transformação dependente de uma linha política justa. Quanto a esta última, Lênin ressaltava que ela não pode ser elaborada de maneira abstrata; seu conteúdo concreto depende do tratamento específico que exigem as contradições existentes (sobretudo as contradições de classe). Para ser correto, o conteúdo concreto da linha política deve ser, portanto, determinado pela experiência prática, o que pode exigir avanços, reais ou aparentes, e "recuos" provisórios ligados à aplicação de novos métodos. A via que permite consolidar a ditadura do proletariado e, depois, construir o socialismo, não pode ser descoberta em livro algum, pois não é "reia como a perspectiva Nevski"¹⁸, para retomar uma antiga fórmula de Lênin, e não são forçosamente os métodos que parecem permitir "aproximar-se" mais imediatamente das exigências do socialismo que correspondem sempre melhor à situação, isto é, às exigências da luta de classe. Por isso, a variante da NEP proposta na primavera de 1921 – assim como a variante seguinte – não é apresentada como uma solução já elaborada dos problemas, mas como uma tentativa destinada a ser abandonada ou modificada se, na prática, se mostra impraticável.

Seção II

A concepção leninista da NEP a partir do outono de 1921

Alguns meses de experiência mostram que a NEP é inviável se concebida como uma forma nova de capitalismo de Estado e como uma aliança deste com o socialismo em face da pequena-burguesia. E isso por múltiplas razões: o desenvolvimento das "concessões" e das transações faz-se com muita dificuldade, o peso dos aparelhos invadidos pela antiga burocracia czarista continua esmagador, e a iniciativa da base – à qual a primeira concepção da NEP desejava também recorrer¹⁹ – não chega a tomar corpo em tais condições. Em 1921, ano de fome, a produção industrial não aumenta. O abastecimento das cidades e das regiões rurais que não produzem gêneros alimentícios suficientes continua seriamente deficitário. Lênin tira novas conclusões desse estado de coisas. Propõe uma *transformação profunda da NEP*.

Em outubro de 1921, num relatório apresentado à VII Conferência do partido da província de Moscou²⁰, Lênin *redefine a NEP* e as relações econômicas com o campesinato, declarando sobretudo:

"Na primavera, dissemos que não temeríamos voltar ao capitalismo de Estado, e consideramos justamente a regulamentação da troca de mercadorias..."

"Propunha-se organizar em todo o país a troca mais ou menos socialista de produtos industriais por produtos agrícolas e restabelecer, graças a essa transação, a grande indústria, que é a única base de uma organiza-

19. *Ibid.*, pág. 375.

20. Lênin, *O.C.*, tomo 33, pág. 75 e seg.

ção socialista. E qual foi o resultado? A troca de mercadorias fracassou. E fracassou no sentido de que tomou a forma de uma compra e venda... Devemos reconhecer que o recuo foi insuficiente, que precisamos prolongá-lo, que é preciso recuar mais ainda, para passar do capitalismo de Estado à aplicação de uma regulamentação do comércio e da circulação da moeda pelo Estado.²¹

Economicamente, essa nova definição da NEP equivale a um restabelecimento relativamente amplo de relações mercantis e monetárias livres. O partido bolchevista aceita daí por diante o desenvolvimento de tais relações em escala muito mais ampla que a inicialmente prevista, pois esperava estabelecer "relações diretas" (não monetárias) entre as unidades de produção, entre a agricultura e a indústria, entre a cidade e o campo, entre o setor estatal e os camponeses. O restabelecimento das relações mercantis e monetárias é agora considerado indispensável a uma verdadeira recuperação da economia. Em geral, é essa mudança na concepção "econômica" da NEP que chama atenção e parece significativa.

No entanto, o mais importante são as implicações políticas dessa segunda variante da NEP. De fato, ela é o início de um novo tipo de relações entre o proletariado e o campesinato, pois o que anteriormente se caracterizava com uma "aliança" do capitalismo de Estado com o socialismo deixa de ser o objetivo visado. Na prática, isto significa uma nova "renúncia" às tentativas de subordinar os camponeses aos aparelhos econômicos de Estado que têm por função impor-lhes diversas restrições, exigir deles produções e condições de troca que eles não teriam aceito em outra situação. Está assim aberta a via para a busca de uma aliança, não apenas econômica, mas também política com o campesinato. Em outros termos, a adoção dessa segunda versão da NEP pelo partido implica na possibilidade de uma nova recomposição das forças de classe, a da reconstrução sobre novas bases (ainda não claramente definidas em fins de 1921) da aliança operária e camponesa, única base sólida - num país como a Rússia da época - para a consolidação da ditadura do proletariado.

As condições concretas para progredir na via recentemente aberta não são, porém, de imediato, favoráveis. De um lado - e voltaremos a isso ao tratar da imagem do "recuo" utilizada para caracterizar a NEP -, ao nível ideológico, não fica ainda bem claro se a redefinição das relações entre o proletariado e o campesinato tem caráter tático (portanto provisório, porque imposto pelas circunstâncias) ou caráter estratégico (permitindo definir uma linha política fundamental). De outro, o débil enraizamento do partido bolchevista no campo - legado de seu passado - não lhe permite compreender, de um dia para outro, as aspirações profundas das massas camponesas e estabelecer laços estreitos com os camponeses pobres e médios mais necessitados, a fim de ajudá-

los a lutar contra o fortalecimento dos elementos ricos do campesinato que a "segunda" NEP pode favorecer.

Enquanto não se criam as condições concretas para uma aliança política do proletariado com as massas decisivas do campesinato (que permanecem sob a influência ideológica e política das camadas abastadas dos campos), a aliança operária e camponesa tende a assumir antes de tudo um caráter econômico. Ora, se a aliança econômica não constitui uma componente de uma aliança política efetiva, é que ela própria é muito frágil em razão das contradições que podem aprofundar-se entre camponeses enquanto produtores de mercadorias (que procuram vender pelo melhor preço) e os operários e o Estado soviético.

No entanto, embora reais, tais contradições econômicas podem permanecer secundárias - se são convenientemente tratadas -, pois o interesse fundamental das amplas massas camponesas é encontrar uma via que lhes permita transformar de maneira radical as relações econômicas a que estão sujeitas, uma via que as liberte da exploração pelos camponeses ricos, os comerciantes e os usuários (cujas forças aumentam durante os primeiros anos da NEP) e que lhes assegure uma melhoria radical de suas condições de vida; ora, as massas camponesas não podem se engajar nessa via, a não ser que sejam ajudadas e guiadas pelo proletariado, por sua organização e sua ideologia, que coloquem o interesse coletivo acima do interesse individual e do egoísmo pequeno-burguês.

Uma vez transformada a concepção inicial da NEP no final de 1921, coloca-se a questão: sob quais condições, aplicando aquelas medidas, o proletariado no poder pode firmar com os camponeses uma aliança política de tipo novo, uma aliança que não tenha somente como objetivo a realização das tarefas democráticas da revolução, mas a consolidação da ditadura do proletariado com vistas à construção do socialismo? Essa questão se apresenta, além disso, de maneira cada vez mais concreta, à medida em que o tempo passa e se afasta a perspectiva de uma fusão (de início considerada como iminente) com uma revolução proletária nos países industrializados da Europa, em primeiro lugar com a Alemanha.

Nesses últimos textos - escritos no início de 1923 e, portanto, frutos de uma experiência suplementar de mais de um ano -, vê-se que Lênin progrediu de maneira decisiva no sentido da formulação de resposta a essa questão. Ele expõe sumariamente suas conclusões em *De la coopération, Sur notre révolution e Mieux vaut moins mais mieux*.²²

21. *Ibid.*, págs. 90-91.

22. Cf. Lenin, *O.C.*, tomo 33, págs. 480 a 494 e 501 a 517.

No primeiro desses textos, Lênin revela o caráter polêmico de algumas de suas formulações anteriores sobre o capitalismo de Estado, o que impede de considerar que tudo o que ele disse antes a esse respeito continue a corresponder ainda a suas opiniões em 1923²³.

Mas a importância decisiva desse texto decorre sobretudo do fato de Lênin atribuir um lugar de destaque à *produção cooperativa como forma socialista de produção aberta ao campesinato*. Faz, assim, a crítica das posições adotadas anteriormente pelo partido bolchevista que, segundo ele, tendo "já começado a esquecer a importância gigantesca da cooperação", só lhe prestara uma atenção "insuficiente" e a "trata com desdém". Ressalta que a cooperação "assume uma importância excepcional" (com os meios de produção pertencendo ao Estado) do ponto de vista da transição, pois é "a via mais simples, mais fácil e mais acessível ao camponês"²⁴.

Na mesma frase contesta a importância unilateral dada às empresas do Estado (notadamente às fazendas estatais) e ressalta o papel destinado à cooperação, particularmente no que concerne ao *campesinato*, daí por diante cada vez mais colocado no centro das preocupações de Lênin.

Referindo-se aos camponeses, Lênin acrescenta: "Se pudermos agrupá-los todos em cooperativas, nós nos firmaremos sobre os dois pés no terreno socialista."²⁵

As cooperativas cujo desenvolvimento é assim identificado à criação das condições da passagem ao socialismo podem assumir as mais diversas formas, mas esse desenvolvimento cooperativo deve ter caráter voluntário: basear-se na convicção dos camponeses.

Ao formular tais proposições, Lênin luta contra uma corrente muito poderosa no partido, e que se desenvolvera particularmente durante o "comunismo de guerra". Nessa época, numerosos dirigentes bolchevistas propunham integrar, na prática, as cooperativas aos "Órgãos soviéticos", que, nesse caso, designavam, não os *aparelhos locais* (órgãos de autoadministração das massas), mas os *aparelhos administrativos centralizados* (Conselho de Economia, Comissariado do Abastecimento, Comissariado da Agricultura²⁶). Isso significaria, na verdade, a nacionalização das cooperativas. A maioria da "seção de estudo cooperativo" do IX Congresso do partido se tinha, aliás, pronunciado

por tal nacionalização. Somente uma intervenção de Lênin nesse mesmo congresso permitira "adiar para mais tarde" a decisão²⁷.

Em 1923, Lênin destina à cooperação um papel considerável. Em sua opinião, ela não constitui *simplesmente uma etapa preparatória*: "... em nossas condições - diz ele -, a cooperação coincide inteiramente com o socialismo", pois permite o desenvolvimento de "relações econômicas socialistas". Como se vê, a questão discutida por Lênin aqui *não é a da propriedade dos meios de produção* (que, em seu texto, parecem dever ser "propriedade do Estado"), mas a *das relações sociais de produção*; é por isso que o "regime cooperativo" não se situa somente no que Lênin chama, muitas vezes, de uma "fase de transição ao socialismo", mas "é o regime socialista"²⁸.

Esse texto tem dupla significação: uma teórica geral (que Lênin não terá tempo de desenvolver) e outra conjuntural.

A significação teórica geral corresponde a uma nova ruptura com uma das variantes das concepções "estatais" herdadas da II Internacional. Ao afirmar explicitamente o caráter socialista das cooperativas sob a ditadura do proletariado, Lênin reúne formulações inteiramente claras de Marx e de Engels, formulações muitas vezes "encobertas" por concepções estatais simplistas. Ora - em condições políticas dadas - o triunfo de tais concepções pode favorecer a reprodução de relações sociais burguesas, sob uma aparência jurídica específica, e permitir que não-produtores disponham dos meios de produção através do aparelho do Estado.

O "esquecimento" a que são, muitas vezes, relegados os textos nos quais Marx e Engels atribuem um importante lugar à cooperação e à associação dos produtores exige sem dúvida algumas observações.

Em *A Guerra Civil na França*, Marx ressalta que uma das grandes lições da Comuna, fruto da audácia revolucionária de seus partidários, foi a de promulgar "medidas práticas para destruir completamente a burocracia", entre elas figuram não apenas as medidas políticas mencionadas por Lênin em *O Estado e a Revolução* (admitir a, partir de então, um número reduzido de funcionários eleitos pelas massas e sob seu controle, e fixar seus salários ao nível de um salário operário), mas também medidas *econômicas*, como a entrega dos meios de produção às associações de trabalhadores. Precisamente, na introdução a *A Guerra Civil na França*, redigida em 1891, Engels afirma "que o decreto mais importante da Comuna instituiu uma organização da grande indústria e mesmo da manufatura, que devia não apenas basear-se na associação dos trabalhadores em cada fábrica, mas também reunir to-

23. Cf. *Ibid.*, pág. 485.

24. *Ibid.*, págs. 481 e 482.

25. *Ibid.*, pág. 488.

26. Cf. sobre o assunto, *KPSS v Resoluziiaikh, op. cit.*, tomo I, pág. 495.

27. Sobre esse ponto, ver o tomo 25 da edição de 1935 das *Obras* de Lênin, traduzidas para o francês, pág. 155 e seq.

28. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 33, pág. 484.

das essas associações numa grande federação; logo, uma organização que, como Marx afirma muito justamente em *A Guerra Civil*, devia desembocar no comunismo...²⁹

Alguns anos antes, falando do período de transição ao comunismo, F. Engels insistia no fato de que nem Marx nem ele próprio "já-mais haviam duvidado de que no caso da passagem à economia comunista, seria preciso utilizar, em larga escala, a empresa cooperativa como escalão intermediário, com a condição de que as coisas sejam organizadas de tal modo que a sociedade e, portanto, para começar, o Estado, conserve a propriedade³⁰ dos meios de produção de sorte que os interesses particulares das cooperativas em face do interesse da sociedade, em seu conjunto, não possam se consolidar"³¹.

Assim, o texto de Lênin *Da cooperação* retoma as análises de Marx e *prolonga*, nesse ponto particular mas importante, a *ruptura com as concepções da II Internacional*, já efetuada em *O Estado e a Revolução*.

A inscrição desse texto na *conjuntura política* do final de 1922 e início de 1923 é igualmente importante. *Da cooperação* concretiza, de fato, as implicações da concepção leninista da NEP, tal como começou a ser formulada no final de 1921; e o faz *abrindo uma nova via à aliança operária e camponesa* e, por isso, ampliando consideravelmente o alcance dos textos de Marx e de Engels que visavam, antes de tudo, às *cooperativas operárias*. As conclusões novas a que assim Lênin chega são o produto da experiência dos cinco primeiros anos da Revolução Russa e de uma análise dos êxitos e dos fracassos que mostra, cada vez mais claramente, qual é a maneira justa de abordar as contradições que se desenvolveram entre o proletariado e o campesinato com base em práticas políticas e econômicas em parte errôneas. Esses textos tiram, portanto, a lição dos erros passados.

B) O DESENVOLVIMENTO DE RELAÇÕES ECONÔMICAS SOCIALISTAS E A LUTA CONTRA O APARELHO ESTATAL

Não é por acaso que, *simultaneamente*, Lênin procura uma via que permita desenvolver *relações econômicas socialistas* ao nível da

29. K. Marx. *La guerre civile en France*, tradução de Editions sociales, Paris, 1968, citação pág. 299.

30. O lugar destinado aqui à propriedade estatal dos meios de produção é determinado pela própria existência do Estado: porque este existe *durante a transição* é que Engels fala, nesse texto, sobre a empresa cooperativa como "escalão intermediário". De fato, não se trata de um "escalão intermediário" para uma propriedade estatal das unidades de produção, a qual, evidentemente, deve desaparecer com o próprio Estado.

31. Citado de *MEW 36/1*, pág. 426. Moscou-Leningrado, 1933, carta de Engels a Bebel datada de 20-23 de janeiro de 1886, *op. cit.*, pág. 430. A última frase de Engels suscita um problema de importância decisiva mas que não pode ser resolvido só por força da existência da propriedade estatal.

produção camponesa e que fixe a tarefa de lutar contra o aparelho estatal.

Em seus textos de início de 1923, Lênin ressalta a necessidade de cumprir um conjunto de tarefas que se referem à transformação das *relações políticas e ideológicas*. E menciona essas tarefas: luta contra um aparelho de Estado legado pelo czarismo, destruição desse aparelho, reconstrução de um aparelho realmente socialista, estabelecimento de um trabalho comum e confiante com o campesinato, luta sem tréguas contra a megalomania, o desperdício, a presunção, o respeito à hierarquia, às formas e aos usos do processo administrativo, todos traços próprios de um aparelho estatal que só é "socialista no nome". Para Lênin, tais tarefas só podem ser cumpridas graças a uma *unidade reconstruída e real entre a classe operária e o campesinato* e fazendo *apelo aos operários avançados* para que aprendam, *na prática e com espírito crítico*, sem temer denunciar o que pode haver de negativo na experiência passada e presente. Lênin condena, pois, de antemão, muitas das tentativas que serão feitas a fim de "avancar" com os mesmos meios burocráticos e estatais de antes.

O eixo fundamental dessa linha política de luta contra um aparelho que ele qualificou de "aparelho czarista caído de vermelho" é a *direção ideológica e política* exercida pelo proletariado sobre o campesinato. Não se trata mais de estrangular o elemento pequeno-burguês pela coerção (continuando esta a ser exercida, evidentemente, contra a violação aberta das regras da vida econômica e política estabelecidas pela ditadura do proletariado), mas de *convencer as massas camponesas* e de construir com elas, passo a passo, um Estado de tipo realmente novo:

"Devemos esforçar-nos para construir um Estado no qual os operários continuariam a exercer a direção sobre os camponeses, conservariam a confiança destes e, por uma economia rigorosa, baniriam de todos os domínios da vida social até os menores abusos.

"Devemos realizar o máximo de economia em nosso aparelho estatal. Devemos banir todos os traços de abuso que lhe deixou, em tão grande número, a Rússia czarista e seu aparelho capitalista e burocrático."³²

A edificação de um tipo de Estado novo, o desenvolvimento de relações de confiança entre os operários e os camponeses e o papel dirigente da classe operária implicam no recuso à *linha de massa* sob novas formas³³. Esse recurso é necessário à edificação de novas *relações políticas*; mas estas só podem ser *consolidadas* graças à *transformação das próprias relações econômicas* e, em primeiro lugar, das relações de produção. De fato, como escreve Marx:

32. Lênin. *Mieux vaut moins mais mieux*, citação in *O.C.*, tomo 33, pág. 516.

33. *Cf. infra*, pág. 442.

"É sempre na relação imediata entre o proprietário das condições de produção e o produtor direto... que se deve procurar o segredo mais profundo, o fundamento escondido de todo o edifício social e, por consequência, da forma política que assume a relação de soberania e de dependência; portanto a base da forma específica assumida pelo Estado em um dado período."³⁴

A relação que Lênin estabelece entre a *transformação das relações de produção na agricultura* pela via da cooperação e a *transformação do Estado* não é, portanto, de modo algum fortuita. É certo também – e voltaremos a esse ponto – que Lênin não levanta todas as questões ligadas à transformação das relações de produção *na indústria*. Talvez isso ocorra porque, segundo a fórmula de Marx, "a humanidade só coloca os problemas que ela pode resolver" – e porque não existem ainda as condições ideológicas e políticas (o grau de intensidade das contradições) para a transformação das relações de produção na indústria.

Mesmo que Lênin não examine, em toda a sua amplitude, o problema da transformação revolucionária das relações de produção na indústria (isto é, da transformação radical do processo de produção), ele aborda porém, *aspectos extremamente importantes* – e isto desde a primavera de 1921 – quando se pronuncia a favor de um certo desenvolvimento industrial fundamentado em "uma grande iniciativa na base" e do desenvolvimento da "pequena indústria local"³⁵. Desse modo, Lênin não renuncia a um desenvolvimento rápido da grande indústria, mas traça assim uma perspectiva que tomará corpo na China sob a dupla palavra de ordem "marchar sobre as duas pernas"³⁶ e "duas iniciativas valem mais do que uma"³⁷. Certamente, os textos de Lênin estão ainda longe de tais palavras de ordem e de seu relacionamento com a luta contra as diversas formas de divisão do trabalho herdadas das sociedades de classe, mas vemos iniciar-se aí uma tal orientação. Os textos de 1923 confirmam isso quando opõem à megalomania e ao irrealismo dos aparelhos estatais a modestia e a seriedade das iniciativas vindas da base, dos operários e camponeses, insistindo, assim, mais uma vez, na necessidade de uma linha de massa para a transformação revolucionária das relações econômicas.

Em todo caso, o início de tal orientação nos últimos textos de Lênin é suficientemente claro, a ameaça que ela faz pesar sobre a burguesia estatal em formação nos aparelhos administrativos e econômicos é

34. K. Marx, *Le capital, op. cit.*, tomo 8, pág. 172. A citação foi retificada levando em conta o texto alemão.

35. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 375, cf. também pág. 365.

36. O que significa desenvolver simultaneamente a grande e a pequena indústria, recorrer ao mesmo tempo às técnicas mais recentes e às mais antigas, inclusive às tradicionais, que podem, aliás, ser progressivamente transformadas.

37. Deve-se entender, com isso, a combinação da iniciativa central com as iniciativas locais.

bastante precisa e a capacidade de pressão dessa "nova burguesia" é suficientemente grande para que *Da Cooperação e Sobre Nossa Revolução*, escritos no começo de janeiro de 1923, só no fim de maio sejam publicados no *Pravda* (o que é uma demora excepcionalmente longa para a publicação de um trabalho de Lênin).

C) LINHA DE MASSA, REVOLUÇÃO CULTURAL E TRANSFORMAÇÃO DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS

Desde os primeiros meses da NEP, Lênin ressalta com insistência a necessidade de pôr novamente em prática com vigor uma linha de massa. Em seu folheto *Instruções do CDT* (Conselho do Trabalho e da Defesa) às *administrações soviéticas locais*³⁸, escreve, por exemplo:

"A massa dos operários, dos camponeses e dos intelectuais fornece um bom número de elementos sem partido capazes e honestos, aos quais se deve confiar postos mais importantes nos serviços da edificação econômica, deixando aos comunistas o cuidado de controlar e de dirigir. Por outro lado, é preciso que os comunistas sejam controlados pelos sem partido... É indispensável convidar para a Inspeção Operária e Camponesa grupos de operários e camponeses sem partido, cuja honestidade tenha sido comprovada e, além de qualquer outra função, faz-los participar, de uma maneira que não seja formal, da verificação e da apreciação do trabalho."³⁹

Essa "instrução" orienta claramente para o estabelecimento de um *controle das massas sobre os aparelhos do Estado e sobre as próprias comunistas*. Semelhante orientação é, a partir de então, constantemente reiterada nos escritos e discursos de Lênin, em suas intervenções ao XI Congresso do partido bolchevista⁴⁰ (fins de março e início de abril de 1922), e nos textos redigidos em princípios de 1923.

Nestes, Lênin ressalta particularmente o papel dos *contatos diretos entre operários e camponeses*. Sobre esse ponto, a passagem seguinte, extraída das folhas do seu bloco de notas, merece ser citada:

"... Estabelecer contato entre operários da cidade e os trabalhadores do campo, uma forma de camaradagem que pode ser facilmente criada, é o nosso dever, uma das tarefas fundamentais da classe operária no poder. Para esse fim, é indispensável fundar uma série de associações (do partido, sindicais e privadas) integradas por operários de fábricas, cujo objetivo seja ajudar regularmente o desenvolvimento cultural no campo."⁴¹

Nesse texto, como em outros, o objetivo visado é a *organização multiforme das massas*, e a ação dos operários no seio do campesinato destinada a ajudar os camponeses a se organizarem, a fim de não se in-

38. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 400 e seq.

39. *Ibid.*, pág. 414.

40. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 33, pág. 263 e seq.

41. *Ibid.*, pág. 478.

clinarem diante dos aparelhos administrativos que nada têm de socialistas, de os controlarem e de se orientarem progressivamente por si mesmos – graças à ação dirigente do proletariado, mas sem precipitação nem coerção –, para o socialismo.

Na mesma época, Lênin volta também ao tema da “*revolução cultural*” como condição indispensável ao desenvolvimento do socialismo. Certamente, o que ele tem em vista “*para começar*” (e, portanto, para não ficar nisso) é uma “cultura burguesa” que permitiria, segundo pensa, desbaratar-se das “culturas pré-burguesas, isto é, burocráticas ou feudais”. Além disso, é claro que, quando fala de “cultura burguesa”, Lênin tem em mente afastar as concepções pré-fabricadas de “cultura proletária” propostas por “muitos de nossos jovens escritores e comunistas”, e não evitar uma cultura proletária autêntica que penetraria realmente “nos usos, nos costumes”.⁴³

Deve-se ressaltar que, para Lênin, a expressão “revolução cultural” designa dois processos revolucionários entrelaçados. O primeiro corresponde à conclusão, no domínio dos costumes e da educação, da *revolução democrática*; é nesse sentido que Lênin fala de eliminar as “culturas pré-burguesas”, “burocráticas” ou “feudais”. O segundo é o de uma revolução cultural proletária da qual Lênin não tem, no momento em que escreve, a possibilidade de enunciar as condições de desenvolvimento, mas cuja necessidade ele sente com evidência quando pede aos operários de fábrica que ajudem no desenvolvimento cultural no campo e quando declara que a substituição das culturais pré-burguesas pela cultura burguesa é apenas um começo.

A concepção de Lênin sobre as relações da superestrutura com a infra-estrutura – concepção radical diferente das posições “mechanicistas” de numerosos bolchevistas, especialmente de Bukharin – explica a maneira dialética como ele coloca o problema da luta de classes na superestrutura e da transformação revolucionária desta como condição da transformação da base econômica.

D) O PAPEL REVOLUCIONÁRIO DO CAMPESINATO

A partir da concepção da NEP, tal como foi formulada no final de 1921 – ou seja, a partir também do balanço crítico das relações entre a classe operária e o campesinato durante os primeiros anos da Revolução Russa –, vemos, portanto, que começa a ser traçada por Lênin uma linha política nova em relação às massas camponesas, uma linha que faz dessas massas o verdadeiro aliado do proletariado, e não apenas na etapa democrática da revolução, um aliado que pode avançar para o socialismo desde que se saiba indicar-lhe uma via correta.

Alguns textos anteriores a *Da Cooperação* deixam transparecer claramente essa orientação do pensamento de Lênin. Assim, em seu

discurso de encerramento do XI Congresso do partido bolchevista (2 de abril de 1922), ele declara:

“O essencial, hoje, é que a vanguarda não tema se educar, se renovar... O essencial, hoje, é avançar com uma massa infinitamente maior e mais poderosa, com o campesinato, e não de outro modo, mostrando-lhe pelos atos, pela prática, pela experiência, que aprendemos e acabaremos por aprender a ajudá-lo, a conduzi-lo para a frente.”⁴⁴

A ênfase na necessidade de “*avançar com o campesinato, e não de outro modo*” estava já presente em muitos trabalhos anteriores de Lênin. Ele explica amplamente o ardor de sua luta contra a “oposição operária”, cujas teses ameaçavam “fazer os interesses corporativos dos operários passarem adiante de seus interesses de classe”⁴⁵ e, portanto, fazer o proletariado perder “a direção política”⁴⁶. No entanto, somente nos textos de 1923 Lênin enuncia certas condições de uma aliança política susceptível de conduzir o campesinato e, portanto, a Rússia, para o socialismo.

Há nisso um passo à frente de imensa importância, pois permite definir de maneira nova, não apenas as relações do proletariado com o campesinato russo, mas, de modo mais geral, o papel revolucionário dos camponeses e, em consequência, proporcionar uma apreciação nova da situação política internacional, reconhecendo que o centro de gravidade da revolução internacional pode deslocar-se do Ocidente para o Oriente, para os países habitados por grandes massas camponesas.

Não é, portanto, por acaso que, no início de 1923, Lênin volta ao tema da guerra “camponesa” e evoca o que Marx escreveu em 1836 sobre a união da guerra camponesa com o movimento operário⁴⁷. Lênin discerne, cada vez mais claramente, qual o papel que as massas camponesas da Ásia são chamadas a desempenhar no desenvolvimento da revolução mundial. No último texto escrito para publicação, ele afirma explicitamente:

“O êxito da luta depende finalmente do fato de a Rússia, a Índia, a China etc. formarem a imensa maioria da população do globo. E é justamente essa maioria da população que, de alguns anos para cá, tem sido conduzida com uma rapidez incrível para a luta por sua libertação; a esse respeito, não poderia haver sombra de dúvida quanto ao êxito final da luta em escala mundial. Nesse sentido, a vitória definitiva do socialismo está absolutamente e plenamente assegurada.”⁴⁸

43. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 33, pág. 331. (O grifo é meu – C. B.)

44. Cf. Lênin, *O.C.*, tomo 32, pág. 363.

45. *Ibid.* (O grifo é meu – C. B.)

46. Ver, sobre esse ponto, o pequeno trabalho de Lênin, datado de 16 de janeiro de 1923, intitulado *Sur notre révolution*, *O.C.*, tomo 33, pág. 489.

47. *Ibid.*, pág. 515.

Seção III

A predominância de uma interpretação "economicista" da NEP no partido bolchevista

O partido bolchevista deu à NEP uma significação fundamentalmente diferente da indicada nas páginas anteriores. Ele não viu nela uma orientação que permitisse assegurar uma *aliança política de tipo novo*, capaz de unir o proletariado à grande massa dos camponeses, a fim de guiar estes para a via da edificação socialista. De fato, — vemos isso mais precisamente no próximo volume —, o partido bolchevista concebe e "pratica" a NEP como se devesse ser antes de tudo uma *política econômica* (num sentido muito estreito) *que lhe foi imposta em consequência de uma relação de forças desfavorável*, e que será, portanto, necessário, logo que as circunstâncias tenham mudado, rejeitá-la pura e simplesmente para pôr novamente em prática medidas consideradas mais adequadas às exigências da construção do socialismo. Essas medidas correspondem à concepção de um "assalto frontal" às relações capitalistas e mercantis, "assalto" análogo ao do "comunismo de guerra". Para muitos dirigentes bolchevistas, na verdade, este não deixou de ser um "modelo" de ofensiva proletária, cujo abandono tornou-se necessário por razões essencialmente conjunturais, abandono que deve, portanto, ser apenas temporário.

Assim, em 1928, a *Grande Enciclopédia Soviética* afirma que o que havia de errôneo e utópico no "comunismo de guerra" era o fato de se acreditar que as medidas adotadas sob a pressão da urgência militar eram capazes de realizar "*imediatamente*", nas condições da época, uma "economia não mercantil centralizada". Não são, portanto, as medidas tomadas durante a guerra civil que parecem inadequadas,

mas o momento em que são postas em prática. O artigo da *Grande Enciclopédia Soviética* dedicado ao assunto afirma, consequentemente: "Edificando um sistema consistente de comunismo de guerra (a expressão é usada sem aspas — C.B.), a classe operária lançava ao mesmo tempo as bases de uma reconstrução socialista posterior"⁴⁸.

O que prevalece, aqui como alhures, é uma interpretação "economicista" da NEP. Essa interpretação significa que o partido bolchevista não percebe (ou mesmo jamais percebeu) que os últimos textos de Lênin abrem caminho a uma *estratégia política nova* e conduzem necessariamente, a um *realinhamento das relações entre os operários e os camponeses*, bem como a uma transformação profunda das relações das massas com aparelhos políticos cujo caráter burguês, e mesmo "pré-burguês", impede que possam ser os instrumentos de uma verdadeira edificação socialista.

Numerosas são as razões do prevalecimento de uma interpretação "economicista" da NEP. As mais fundamentais — as de ordem política — decorrem das *relações de forças de classe* na Rússia, em particular dentro dos aparelhos estatais. Contudo, o desenvolvimento de uma luta ideológica que teria permitido fazer prevalecer uma concepção revolucionária da NEP — concepção de acordo com as novas indicações dos últimos textos de Lênin — defronta-se também com dificuldades de ordem propriamente ideológica. Essas dificuldades estão ligadas a certas hesitações do próprio pensamento de Lênin, e cristalizam-se em torno de um pequeno número de formulações, imagens, metáforas que, finalmente, contribuíram para "esconder", "ocultar", o que havia de *radicalmente novo* nesses últimos textos. Tais imagens e metáforas são usadas por Lênin com fins pedagógicos, mas, tomadas ao pé da letra, foram desviadas de seu verdadeiro sentido.

Uma vez que a interpretação "economicista" fez sentir cada vez mais seus efeitos após o desaparecimento de Lênin, é necessário examinar suas origens nas imagens e metáforas que lhe serviram de texto; sem esse exame, tais metáforas podem continuar a mascarar o sentido profundo dos últimos escritos de Lênin.

Sabe-se que, depois de constatar, em 1921, o "fracasso" (ostentamos são de Lênin) dos "métodos" do "comunismo de guerra", Lênin chega à conclusão de que é preciso pôr em prática, o mais depressa possível, medidas políticas de tipo diferente. E não hesita em dizer que o fracasso sofrido decorre do caráter errôneo da política seguida em-bora tenha sido imposta pelas circunstâncias). Contudo, como já se observou, nos textos de 1921, a *natureza do erro* não é o objeto de uma análise precisa: não fica bem claro se os "métodos do comunismo de guerra" eram errados em princípio ou se foram somente as *condições do momento* que levaram a um fracasso. Há, portanto, nesses textos,

48. *Grande Enciclopédia Soviética* (em russo), edição de 1928, pag. 374; cita-se E.H. Carr, *The bolshevik revolution*, tomo 2, nota 1, págs. 274-275.

um "silêncio" muito excepcional da parte de Lênin. Esse silêncio é "preenchido" pelo recurso a metáforas e analogias históricas.

No relatório já citado que apresenta a 29 de outubro de 1921 à VII Conferência do partido da província de Moscou, Lênin compara o "comunismo de guerra" aos *assaltos* lançados pelos japoneses contra Porto Artur (durante a guerra russo-japonesa, em 1905) e depois com-para a NEP ao *cercos* dessa cidade⁴⁹. A essa comparação está ligada a metáfora do "recuo" e da "retirada"⁵⁰, que *sugere facilmente não se rem erradas, em principio, as medidas adotadas durante o "comunismo de guerra"*, mas o *momento* de sua aplicação é que havia sido mal esco-llido, donde se poderia concluir que seria conveniente um retorno às medidas "de assaltos diretos" (segundo a imagem empregada por Lê-nin a propósito do "comunismo de guerra") quando as circunstâncias se tornassem mais favoráveis.

Vimos que semelhante interpretação não está de acordo com as conclusões para as quais Lênin se encaminha. A metáfora empregada parece "autorizar", porém, aqueles que estão prontos a fazer do texto de 1921 um uso dogmático - prática frequente após a morte de Lênin - a recorrer de novo, logo seja possível, a um método de "assaltos dire-*tos*" que comportam o uso da coerção estatal tanto em relação à classe operária quanto ao campesinato.

A deformação do que havia de *essencial* no que Lênin escreveu em 1923 encontra uma *aparência* de "justificação" na utilização dog-*mática* de outros textos de 1921, nos quais a metáfora do "recuo" é re-*forçada* pela metáfora de uma "nova retirada".

Esta segunda metáfora preenche de algum modo um segundo "si-*lêncio*" do texto de outubro de 1921, escrito quando Lênin constata que a "retirada" da primavera foi "insuficiente". Ele apenas verifica um "fato", não explica as suas razões. Parece-nos estar diante de uma situação que é preciso reconhecer e que segundo diz - *impõe um "novo recuo"*⁵¹.

A imagem das duas "retiradas" sucessivas dá a impressão de que a passagem da primeira à segunda variante da NEP não passa de um *simples prolongamento de um mesmo recuo*.

Ora, a segunda "retirada" *não é, de modo algum, o "prolongamen-*to*" da primeira*. O que se designa como uma "retirada" é, na realida-*de*, o início de uma mudança de estratégia muito mais radical do que aquela anunciada alguns meses antes, pois tende a um *desdobramento inteiramente novo das forças de classe* e é, portanto, suscetível de pre-*parar uma nova ofensiva*, radicalmente diferente da primeira.

O que Lênin anuncia no outono de 1921 - de uma maneira que, nesse momento, não é ainda bem explícita, *inclusive para ele mesmo* -, e que tem uma *importância política decisiva*, é a renúncia ao papel do-

minante do "capitalismo de Estado"; é a procura de uma aliança real, durável, sólida com o campesinato; é o *esboço* do que será mais tarde a linha política do Partido Comunista Chinês, de uma linha que visa a *conduzir o campesinato trabalhador para a via do socialismo*, não pela coerção mas pela persuasão. Lênin desenvolverá mais ainda o contei-*do* dessa linha em seus textos do fim de 1922 e início de 1923.

Infelizmente, esse *gigantesco passo à frente* acha-se presente atra-*vés* da metáfora enganadora da "retirada".

O aparecimento dessa metáfora no relatório de Lênin sobre a NEP é sinal de que a amplitude da ruptura política e teórica com os er-*ros* do período passado apenas começa a surgir aos próprios olhos de Lênin. E isso explica que, no texto de outubro de 1921, Lênin empre-*gue* outra formulação, à primeira vista surpreendente, quando declara:

"Devemos colocar-nos no terreno das relações capitalistas existentes."⁵²

A formulação é surpreendente, porque, evidentemente, só pode-*mos* nos colocar sobre um terreno que existe, ou nos colocamos num terreno imaginário.

Trata-se exatamente - e esse é um dos sentidos profundos do texto - não de uma "volta para trás", mas de uma *volta à realidade*. Dizer que se "recua" para o terreno do que existe é afirmar que não se recua realmente, mas que se deixa o terreno imaginário de "relações socialis-*tas*" não existentes para colocar-se no das relações reais.

Dizer isso é afirmar também que o "comunismo de guerra" fra-*cassou* no sentido mais profundo, não por ter conduzido a "dificulda-*des* econômicas" ou por não "dispor de forças suficientes", mas por não ser de natureza a transformar, como se acreditava, as relações eco-*nômicas* e, portanto, por ter ficado preso às aparências de relações políticas e jurídicas a que se pensava poder "reduzir" as relações so-*ciais* de produção, e por ter assim identificado, de maneira errônea, propriedade socialista, propriedade jurídica de um Estado sob a dita-*dura* do proletariado, com relações econômicas socialistas.

Ao examinar as coisas desse ponto de vista, percebe-se que a *NEP não é uma retirada real*, mas uma retirada apenas aparente; correspon-*de* ao abandono de medidas ilusórias do ponto de vista da progressão para o socialismo (mesmo que elas fossem necessárias para fazer face aos imperativos da guerra), porque incapazes de mudar a natureza profunda das relações econômicas. A tal abandono corresponde não um "recuo" mas um "avanço", pois colocar-se no terreno das relações reais e não no de relações ilusórias é avançar; e é um avanço necessário à transformação efetiva das relações sociais reais.

Por que tudo isso é dito numa linguagem difícil, enganadora e pouco comum em Lênin, por meio de metáforas que é preciso deci-*frar*?

49. Cf. Lênin, O.C., tomo 33, págs. 78 a 81.
50. *Ibid.*, págs. 88 a 91.
51. Cf. *supra*, pág. 434.

52. Lênin, O.C., tomo 33, pág. 93.

Em primeiro lugar porque, no tocante à significação estratégica da NEP, não há ainda, em 1921, uma ruptura *completa* de Lênin com a concepção anterior que "apresentava" a NEP como um "reco" com a finalidade de realizar uma simples *aliança econômica* com o campesinato (ao qual se fazem *concessões* temporárias). Por isso, em vários textos seus, essa concepção aproxima-se - ao nível de algumas formulações - de uma outra, nova, que representa a *verdadeira tendência em relação atuante no pensamento de Lênin*, e que faz da *aliança econômica* entre o proletariado e o campesinato não mais apenas um objetivo imediato, mas a *base* do que é essencial para o futuro: a *aliança política* do proletariado com o campesinato, que deve permitir guiar os camponeses pela *via do socialismo*. Essa combinação de duas concepções contrastadoras, uma nascente e outra a ponto de ser abandonada, explica que certos textos tenham podido parecer, por muito tempo, como a simples repetição do que Lênin havia dito anteriormente sobre a aliança econômica da classe operária com o campesinato.

Na verdade, *Lênin não podia dizer muito mais do que disse então*, pela *razão social e política fundamental* de se estar apenas no *começo de uma ruptura*, de uma ruptura que destruiu todo um conjunto de antigas concepções teóricas e políticas, de uma ruptura com toda uma parte daquilo que - na ruptura leninista anterior, a de 1917 - não havia ainda sido liquidado da "herança" ideológica e política da II Internacional, sobretudo no tocante ao papel considerável atribuído à centralização estatal e ao "esquecimento" da transformação das relações econômicas que torna possível o desenvolvimento da *cooperação*.

A *significação* da ruptura que começa então não poderá, evidentemente, *mostrar-se com nitidez*, a não ser graças ao desenvolvimento de uma *nova prática da luta de classe* à qual ela abre caminho, assegurando assim novas relações entre a classe operária, enquanto força política dirigente, e o *campesinato* e a *pequena burguesia em geral*. Enquanto essa nova prática não for suficientemente desenvolvida - o que permite uma reformulação teórica -, a *nova estratégia*, que a ruptura anuncia, não pode ainda ser expressa senão na linguagem antiga.

Mas logo após o "comunismo de guerra", o desenvolvimento de uma nova prática da luta de classe sob a direção do partido bolchevista é freado pelo reco da atividade política das massas populares, às vezes com as mais graves dificuldades cotidianas: a fome, o frio, a doença e o desemprego; esse desenvolvimento é contido, também, pelas transformações ocorridas dentro do partido bolchevista; daí a lentidão e o caráter muito parcial da ruptura que o partido opera com as concepções do "comunismo de guerra" e do capitalismo de Estado; daí, também, os obstáculos que Lênin enfrenta na definição explícita da nova estratégia que propõe. Apesar desses obstáculos, Lênin traça, e pouco a pouco, as linhas essenciais dessa nova estratégia de classe. E chega a isso graças à sua experiência política excepcional e a seu domínio do marxismo. Isto lhe permite *retomar as lições tiradas da história das lutas de classe por Marx e Engels*, lições "caídas no esquecimento" dentro da III Internacional.